UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV
CURSO DE PEDAGOGIA – PROGRAMA – UNEB 2000

Luzineide de Oliveira Carneiro Silva
Maria de Fátima Batista da Silva
Maria Lúcia Batista de Carvalho
Nilcéia Maria Alves

O professor alfabetizador e a prática da leitura e escrita no 1º ano do Ensino Fundamental em Jacobina

Jacobina,
2009

Luzineide de Oliveira Carneiro Silva
Maria de Fátima Batista da Silva
Maria Lúcia Batista de Carvalho
Nilcéia Maria Alves

O professor alfabetizador e a prática da leitura e escrita no 1º ano do Ensino Fundamental em Jacobina

Monografia Apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB 2000, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia com Habilitação na Educação Infantil e Magistério do Ensino Fundamental séries iniciais.

Orientadora: Profª Drª Jane Adriana V. P. Rios

Jacobina,
2009

Luzineide de Oliveira Carneiro Silva
Maria de Fátima Batista da Silva
Maria Lúcia Batista de Carvalho
Nilcéia Maria Alves

O professor alfabetizador e a prática da leitura e escrita no 1º ano do Ensino Fundamental em Jacobina

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia – UNEB para obtenção de graduação em Pedagogia.

Jacobina, Bahia, 27 de julho de 2009.

Banca examinadora:

Jane Adriana V. P. Rios (Doutora em Educação/UFBA – ORIENTADORA)
Antenor Rita Gomes (Doutorado em Educação - Universidade Federal da Bahia)
Denise Dias de Carvalho (Mestrado em Estudo de Linguagens – UNEB)

MENSAGEM

Educar é para poucos

Educar é um ato heróico em qualquer cultura.

Talvez seja pelo fato de que educar exige que a pessoa saia um pouco de si e vá ao encontro do outro; um outro desconhecido; um outro anônimo; um outro que me confronta com seus próprios fantasmas; meus próprios medos, minha própria insegurança.Talvez seja pelo fato de que educar exige sacrifício, exige renúncia de si, exige abandono, exige fé, exige um salto no escuro.Talvez por isso seja algo para poucos.

Seja para pessoas que acreditam nas outras pessoas.

Seja para pessoas que não se acomodam diante da mesmice que a sociedade pede todos os dias.

Talvez por isso seja mais fácil encontrar professores que educadores.

Professores são donos do conhecimento.

Educadores são mediadores.

Professores são profissionais do ensino.

Educadores fazem do ensino, um estímulo para seu crescimento pessoal.

Professores usam a palavra como instrumento.

Educadores usam o silêncio.

Professores batem a mão na mesa.

Educadores batem o pé no chão.

Professores são muitos.

Educadores são UM.

O educador tem o pé no chão, mas sua cabeça está sempre nas alturas, porque acredita que quem está à sua frente não é um cliente esperando para ser atendido, mas uma pessoa aguardando orientações para seguir seus passos. Esta é razão de ser do educador. Esta é a sua esperança. E, para isso, o educador precisa ser inteiro, precisa ser completo, precisa estar em sintonia consigo mesmo e com o universo.Por isso é para poucos, mas não deveria ser assim. O ideal seria que toda a sociedade estivesse voltada para a realização de todos e não apenas para a de alguns privilegiados que se sentem como deuses e querem decidir a vida das pessoas. O certo seria que todo ser humano desenvolvesse seus dons e talentos para o bem de todos e que não fosse algo extraordinário alguém sobressair-se por causa de seu potencial artístico. Simplesmente deveria ser assim com todos os seres, poderem expressar sua alegria de estar vivo sem precisar "vender" seus talentos para manterem-se vivos.

Infelizmente, no entanto, a realidade que vivemos foi "pensada" de um jeito tal que as pessoas são compreendidas como máquina de ganhar dinheiro, como objeto de consumo, como um monte de lixo que servirá apenas de estrume para aqueles que dominam o sistema atual. É preciso que os professores criem uma consciência nova, dinâmica, ancestral, para um novo jeito de pensar venha à tona e possa colocar em xeque uma sociedade que desvalorize o ser humano em detrimento do dinheiro, do acúmulo, do consumo. É preciso que os professores virem educadores de verdade possam despertar nossos jovens para o futuro que se inscreve em nossa memória ancestral. Só assim teremos amanhã...

Daniel Munduruku

Ser inovador, criativo, é saber e conseguir romper com o óbvio. É ser capaz de formular a pergunta que ninguém ousa propor o que ninguém proporia. Para ser criativo é preciso ter desapego pela acomodação, ter a coragem de enfrentar resistências e, principalmente, não ter medo de errar.

Fernando José de Almeida

Dedicamos este trabalho à professora Jane Adriana que, com uma incansável paciência, fez-nos acreditar em nossa capacidade, contribuindo para a nossa formação como educadores comprometidos, prontos para os desafios, sem medo dos obstáculos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por estar sempre conosco a todos os instantes;

Aos nossos filhos: Isaella, Itanna, Ana, Andréia, Adriana, Aldo, Adriano, Arnaldo Filho e Felipe. Por serem os motivos da nossa existência, alegria dos nossos dias;

Aos nossos esposos, pela paciência, pelas palavras de incentivo e por estarem a todos os momentos ao nosso lado;

Aos nossos pais: aqueles que já não estão aqui, mas estão presentes em nossa história. A Arnaldo, Isaias, Rubens, Maridete e Juliana, pelas palavras de incentivo e companhia constantes, pelo carinho e companheirismo de sempre.

Aos colegas de curso, por dividirem conosco as alegrias e as angústias desta caminhada;

Aos amigos, que ao nos ver chorar nos consolaram e nos ergueram nas quedas.

A todos os professores, principalmente Eliã Siméia e Ana Lúcia, por sempre colaborarem e acreditarem em nós.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar e refletir sobre a prática pedagógica do professor alfabetizador com relação às dificuldades encontradas pelos alunos do 1º ano do Ensino Fundamental em ler e escrever significativamente. Os professores em análise efetivam suas práticas na Escola Municipal José Prado Alves, em "Lages do Batata", na cidade de Jacobina-Ba. Esta pesquisa realizou-se através de um estudo teórico sobre alfabetização e prática docente, assim como uma pesquisa qualitativa delineada em observações, entrevistas e questionário. Na análise identificaram-se algumas causas que dificultam o processo de aquisição da escrita e da leitura, muitas destas análises apontaram uma prática pedagógica equivocada e descontextualizada, tornando a aprendizagem passiva e mecânica pautada no ensino simplório da codificação e decodificação do sistema linguístico. Aponta-se também neste estudo a importância de uma alfabetização que se paute nas concepções construtivistas, onde o aprendizado se constrói e não se decora e para tanto deve ser primordial nas práticas pedagógicas docentes, ações que possibilitem a construção e inferência dos conhecimentos. A leitura e a escrita devem ser concebidas na escola sob uma metodologia analítica, partindo de uma realidade concreta, para pequenas unidades significativas. A intenção não é apontar meios para resolver os problemas encontrados, mas propor uma reflexão da prática docente, para que possamos formar cidadãos responsáveis nas suas atividades leitoras e escritoras.

Palavras-chave: alfabetização, leitura, escrita e prática pedagógica.

ABSTRACT

This study aims to identify and reflect the general practice of teacher education with respect to literacy difficulties encountered by students of the 1st year of the initial grades of basic education in reading and writing significantly. The teachers in question, carry out their practices in the School Hall Alves José Prado, in "Lages do Batata", in the city of Jacobina-Ba. This research was carried out through a theoretical study on literacy and teaching practice as well as a qualitative research outlined in observations, interviews and questionnaires. In the analysis identified a few causes that hinder the process of acquisition of writing and reading, many of these tests showed a wrong practice and decontextualized, making passive and mechanical based learning in teaching dotterel of coding and decoding of language teaching. It points out in this study the importance of literacy that is based on constructive ideas, where learning is built and is not decorating and for both to be primary teachers in teaching practices, actions that enable the construction and inference knowledge. A of reading and writing should be designed in a school in analytical methodology, from a reality for small significant. A relevance of this study originated from an anxiety and concern to see children being promoted each year from one cycle to another without knowing how to read and write. The intention not media is pointing to the problems encountered, but propose a reflection of teaching practice, so we can make responsible citizens in their activities and writers.

Keywords: literacy, reading, writing and teaching.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 12

2.1 Alfabetização: concepções, teorias e abordagens 12

2.1.1 A produção do conhecimento acerca das práticas de alfabetização nas últimas décadas 20

2.1.2 Alfabetização e letramento: uma breve análise 26

2.2 Alfabetização e ensino 30

2.2.1 A formação dos professores: os saberes docentes e a prática pedagógica 36

2.2.2 O professor alfabetizador e a prática de leitura e escrita 41

3 CAPÍTULO METODOLÓGICO 50

3.1 Pesquisa Qualitativa 50

3.2 Ambiente de trabalho da pesquisa etnográfica 53

3.3 O aspecto humano como fonte de pesquisa: sujeitos 56

3.4 Pesquisa Etnográfica: Que instrumentos utilizar? 59

4 ANÁLISE DOS DADOS 60

4.1 Alfabetização, Leitura e escrita na concepção dos professores pesquisadores 61

4.2 A prática pedagógica de leitura e escrita 69

4.3 Dificuldades encontradas pelos professores alfabetizadores 74

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 76

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 79

ANEXOS 98

1. INTRODUÇÃO

Alfabetizar é ensinar a ler e escrever, mas o domínio ativo da leitura e da escrita é um processo que não se limita ao simples reconhecimento de letras ou ao exercício de juntar letras para formar sílabas, palavras e frases. Esse processo vai muito, além disso, pois a criança que se alfabetiza precisa compreender por que e para que usamos a escrita.

Na maioria das vezes, quando se aborda a temática "dificuldade de leitura e escrita na alfabetização", lança-se um olhar para o desenvolvimento das habilidades do educando. Muito poucos norteiam-se na prática pedagógica do professor. A motivação para este estudo monográfico surgiu ao percebermos continuamente que as crianças que cursam as 1ª séries do Ensino Fundamental da Escola Municipal Jose Prado Alves, no distrito de Lages do Batata, na cidade de Jacobina, estão sendo promovidas, sem conseguirem ler e escrever. O que percebemos em nossas escolas são crianças alfabetizadas ainda de acordo com métodos tradicionais, desvinculados das práticas de letramento, tornando-se más leitoras e escritoras ao longo de suas vidas estudantis. O ato de ler e escrever não se resume ao simples pronunciar de sílabas, que juntas em uma determinada sequência formarão uma palavra, que junto com outra e mais outra formarão frases, consecutivamente. A proposta da Alfabetização é formar leitores que tenham a possibilidade de ler e escrever, de diferentes formas, o mundo que está a sua volta, tendo ainda a capacidade de inferir ativamente sobre ele.

O objetivo desta monografia é refletir sobre a prática pedagógica do professor alfabetizador, analisando os diferentes métodos utilizados por eles no trabalho com a leitura e a escrita, conhecendo as concepções de alfabetização que fundamentam suas práticas pedagógicas. Contudo, é interessante lembrar que em nenhum momento pretendemos apontar culpados para os questionamentos descritos, mas perceber também suas dificuldades e, se possível, sugerir possibilidades que os auxiliarão no desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem na alfabetização.

O professor alfabetizador precisa ter a clareza de que o ato de alfabetizar é amplo e dinâmico e para acontecer de forma significativa tem que estar atrelado ao letramento como um processo de aprendizagem social e histórico da leitura e da escrita, tanto em contextos formais quanto para os usos informais.

Nos últimos anos, a alfabetização vem recebendo várias contribuições e métodos enriquecedores de vários teóricos, entre eles Paulo Freire, Ana Teberosky, Magda Soares, Regina Leite e Telma Weiz, especialistas em alfabetização que subsidiam nosso trabalho teórico, apoiando-nos na busca de respostas aos nossos questionamentos.

Para melhor efetivação deste estudo monográfico, foi necessário dividir o trabalho em capítulos que servirão de aportes para o leitor. O primeiro capítulo tem o objetivo de analisar diferentes autores que discutem o processo da alfabetização, a partir de diferentes concepções ao longo de nossa história. Propõe-se um diálogo entre estes educadores que acreditam em uma alfabetização dinâmica associada ao letramento e ao mundo diversificado.

No segundo capítulo, propomos uma discussão com relação aos instrumentos metodológicos que utilizamos na pesquisa de campo. Para desenvolver a pesquisa caracterizada como etnográfica, foi necessário um planejamento criterioso de ações humanas e desenvolvimento de técnicas, além da utilização de recursos específicos. Na efetivação da pesquisa etnográfica, usamos diversos instrumentos, entre os quais podemos citar questionário, entrevistas, conversas informais, análises de documentos, como planejamento, diários de classe, atividades, além de observação em sala de aula. Desenvolvemos, ainda, questionários e registros através de imagens fotográficas, que muito contribuíram em nossas ações investigativas.

O último capítulo trata da análise dos dados. Nele, registramos as informações colhidas e nossas impressões diante dos fatos expostos, fazendo uma relação das discussões propostas com os estudiosos que pautaram a nossa fundamentação teórica.

Alfabetizar não é uma tarefa fácil, por isso é preciso que se analise não apenas a

prática alfabetizadora dos docentes, mas o que os motiva a desenvolver metodologias que em nada contribuem para o aprendizado do aluno. É preciso que as instituições de ensino façam uma releitura de suas propostas pedagógicas e possibilitem ao educando situações adequadas de ensino-aprendizagem, pois apenas desta forma a educação poderá cumprir verdadeiramente seu dever, que é não apenas ensinar as crianças a lerem e escreverem, mas fazer desta leitura e desta escrita ferramentas propulsoras da transformação da realidade.

É preciso repensar a prática alfabetizadora, desarticular a idéia de que o indivíduo está alfabetizado quando decifra mecanicamente as letras ou executa cópias. Ações como essas não nos dão a oportunidade de questionar os "porquês" de uns alunos dominarem a leitura e a escrita e outros, não. Sempre que falamos em dificuldades na alfabetização, todos os olhares são lançados aos alunos, aos processos cognitivos e afetivos que envolvem a aquisição da aprendizagem, muito raramente os questionamentos pautam-se na prática de ensinar dos educadores. Este trabalho, no entanto, convida-nos a pensar e rever as nossas ações enquanto professores alfabetizadores.

O processo de alfabetização precisa de novos enfoques, metodologias e dinâmicas, além da restauração dos conceitos que envolvem a leitura e a escrita, pois uma alfabetização que se apoia em ideias e conhecimentos adquiridos pela criança sobre a língua escrita, que não venha acompanhada de uma real compreensão dos usos e funções da linguagem, que não esteja sustentada no interesse em comunicar e compreender, é seguramente inútil. Não é esta forma de alfabetizar que pretendemos em nossas escolas: não precisamos treinar meros copistas e precisamos é de leitores conscientes de seus papéis em sociedades, nas inferências que podem fazer em suas realidades e nas realidades dos outros.

PROBLEMATIZAÇÃO

Crianças do 1º Ano do Ensino Fundamental I, sendo promovidas para séries posteriores sem saber ler nem escrever significativamente.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ALFABETIZAÇÃO: Concepções, teorias e abordagens.

Este estudo monográfico busca investigar a prática pedagógica do professor alfabetizador, no desenvolvimento das práticas sociais de leitura e escrita. Para isto, é importante e necessário conhecer o que realmente é o ato de alfabetizar. O que é alfabetização? O que é um indivíduo alfabetizado? Qual a relação entre alfabetizar e letrar?

Para responder a tais questionamentos, buscamos neste capítulo os teóricos que discutem as mais variadas concepções de alfabetização, para que confrontemos a teoria com dados reais do cotidiano das escolas e cheguemos as nossas próprias conclusões. Segundo Telma Weisz (2002), a alfabetização tem a ver com a linguagem escrita, através de um processo de construção, dentro de um contexto discursivo de interlocução e interação. Desta forma, entende-se que para um indivíduo estar plenamente alfabetizado, é elementar que ele tenha a capacidade de inferir, construir seus próprios modelos e desenvolver habilidades que o tornem capazes de viver e contribuir com a sua comunidade, diferente de pessoas que leem e escrevem, mas são incapazes de participar ativamente do contexto social ao qual fazem parte, tornando-se apáticos em suas atividades leitoras e escritoras cotidianas.

Em uma abordagem geral para muitos educadores, alfabetizar ainda significa ensinar o alfabeto. É ensinar a ler e escrever. Ensinar a reconhecer os símbolos gráficos da linguagem verbal. Esta afirmação não está distante das realidades que vemos em nossas escolas, onde uma criança alfabetizada é aquela que tem condições de conhecer e reconhecer tais símbolos, sendo capazes de, com eles, produzirem mensagens compreensíveis para outros alfabetizados, melhorando e também adequando a comunicação entre os sujeitos.

No entanto, o que podemos perceber em nossas escolas é que essa alfabetização sistemática, que muito cedo se revelou, não passa de uma falácia no que diz respeito

ao universo que é o ato de aprender a ler e escrever, pois estar alfabetizado não é apenas saber codificar e decodificar símbolos, mas entender que somos parte de um contexto social e que as nossas ações interferem diretamente nas transformações ocorridas nesta. A alfabetização que se encerra nesse conceito de ensinar a ler e escrever acaba tornando-se um veículo de dominação política, comercial, consumista, etc. Desta forma, a alfabetização pode ser vista como uma diferenciação/oposição social entre os que detêm e controlam certo domínio do saber e os que dele carecem.

O conceito de alfabetizar é muitas vezes confundido com a literácia (designa um conhecimento processual em aberto), já que ambos pautam-se na linguagem. Contudo, a alfabetização é designada como um conceito relativo a aprender a representação gráfica, distinguindo assim como um ser alfabetizado o indivíduo que aprendeu a ler e escrever, e analfabeto aquele que não domina estas ações.

Alfabetizar é dar a possibilidade a alguém, para que este se transforme em leitor e em usuário da escrita, diferente daqueles que olham um conjunto de letras e dele extraem um som ou não. Esse indivíduo tem a consciência sistemática da escrita, mas não a usa para concretizar ações sociais. Mesmo assim, este ser que nós acreditamos e concebemos como alfabetizado tem plena condição de escrever, comunicar-se, estar em contato com o mundo.

Quando se fala de uma alfabetização significativa, propõe-se que ela dê condições para a aquisição de uma consciência crítica das contradições da sociedade na qual o homem vive seus anseios, estimulando a iniciativa e participação no mundo. Magda Soares (2001, p.16), que acredita em uma alfabetização norteada na habilidade de letrar, afirma que:

> Alfabetizar é propiciar condições para que o sujeito, criança ou adulto tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, enquanto habilidades, codificação e decodificação do sistema de escrita, mas, sobretudo, de fazer o uso real e adequado da escrita com todas as funções que ela tem, em nossa sociedade e também como instrumento na luta pela conquista da cidadania plena.

Percebe-se que a autora considera imprescindível que o sujeito seja capaz de

construir seus próprios conceitos, sem abandonar, o que lhes é nato, pois se sabe que muitas vezes para ser letrado o indivíduo não precisa necessariamente ser definitivamente alfabetizado. Isso fica ainda mais claro se tomarmos como exemplos personagens de nossa educação que contribuem de forma significativa com o crescimento cultural e social deste país, que não desenvolviam habilmente as ações de ler e escrever, contudo eram imensamente capazes de ler o mundo e, através destas leituras, interferirem nele, contribuindo com as suas modificações. Magda Soares, sendo seguidora dos ideais educacionais de Paulo Freire, concorda com ele quando este afirma que "Alfabetizar é adquirir a língua escrita através de um processo de construção do conhecimento com uma visão crítica da realidade." (1991, 48)

Alfabetizar é criar condições para que os alunos utilizem as diferentes linguagens que a sociedade oferece e também exige. Uma das preocupações que os professores devem ter no início do processo de alfabetização é a de ajudar a criança a compreender para que serve a leitura e a escrita, ou melhor, qual é a utilidade do ler e escrever em nossas vidas. O aluno precisa partir de um universo mais amplo para um mais específico. Porém a prática pedagógica dos educadores em nossas escolas ainda está pautada no inverso desta situação de aprendizagem. O que torna o processo de ensino-aprendizagem inócuo, sem sentido.

A criança começa o aprendizado da língua escrita muito antes de entrar na escola, nos mais diversos contextos cotidianos em que a língua é utilizada como objeto de conhecimento social e cultural, ao contrário do que diz a escola tradicional. Escola que vê no aluno um indivíduo vazio, um depósito no qual o professor deposita seu conhecimento, não leva em consideração as necessidades do educando. A prática pedagógica do educador neste sentido faz total diferença na aprendizagem dos alunos, pois estes indivíduos já chegam à escola dotados de conhecimento, capazes de ler e ali buscam apenas o aprimoramento para as suas leituras. Segundo Smith (1989, p.237):

> (...) as crianças aprendem facilmente sobre a linguagem falada, quando estão envolvidas em sua utilização, quando esta lhes faz sentido. E, da mesma, tentarão compreender a linguagem escrita se estiverem envolvidas em sua utilização, em situações onde esta lhes

faz sentido e onde podem gerar hipóteses.

A criança aprende por meio da interação que mantém com o objeto de conhecimento (escrita) e por meio da relação com outras pessoas alfabetizadas, relação essa que é estabelecida nos mais diversos contextos em que saber ler e escrever tem significado. Assim, o educando de alfabetização precisa fazer uma relação nos mais diversos contextos de aprendizagem, usando a leitura de forma significativa para mudar a sua realidade.

Diferente do que se possa pensar, a construção do conhecimento, neste caso a aquisição da língua escrita, não é um produto passivo, portanto não pode ser resultado de um método mecânico que treina os alunos para decifrar ou montar códigos, mas um resultado da própria ação do aprendiz. O professor neste processo é intermediário, mediador do conhecimento, e não instrutor. De acordo com Regina Leite (2001, p.52):

> O professor não pode ser apenas aquele que "orienta" a aprendizagem ou aquele que "fornece" as informações necessárias. O professor é muito mais do que isso. Ele está em permanente interação com a criança, de modo que mesmo quando ele não age, está agindo. O fato de o papel de direcionador privilegiado do processo escolar de ensino/aprendizagem (...)

Ainda segundo Regina Leite (2001), a criança, antes mesmo de saber ler e escrever seguindo as normas de uma escola, já realiza estas atividades dentro de seu contexto familiar. Portanto, é importante que o professor alfabetizador conheça os princípios que orientam o processo de aquisição da leitura e da escrita pela criança. São essas regras que vão mostrar o caminho coletivo e individual que se inicia com a diferenciação do que a criança produz.

Segundo Teberosky (2003), para uma criança compreender a leitura e escrita significativamente é necessário que ela faça as relações entre letras e fonemas. Este conhecimento, se for apenas transmitido e não construído, de nada servirá ao aluno. Não é através da "decoreba" que ele assimilará o que deve aprender. Conhecer o nome das letras é necessário para poder ler e escrever, mas esse conhecimento precisa ser devidamente construído para ter significado. A leitura também está além

de sonorizar letras, relacioná-las aos aspectos composicionais da fala, pela simples razão de que nosso sistema de escrita não representa apenas os sons, mas também outras questões vinculadas ao significado (o papel de uma letra maiúscula, espaçamento entre as palavras, diferenças ortográficas, etc.).

O professor deve entender que a criança pode ler e escrever de diferentes formas, sem ter que obrigatoriamente passar pelo domínio do código linguístico. É necessário conhecer que a criança pode produzir conhecimento próprio e complexo sobre a escrita, não se limitando ao conhecimento da letra ou ao tipo de unidade (sílabas, palavras, frases, textos, etc.), pois, como já foi dito, ela traz este conhecimento do seio familiar.

No desenvolvimento dos alunos da alfabetização, diferentes fatores contribuem para que a criança se aproprie do sistema de escrita, entre eles o desempenho sociocultural. Em cada estágio de vida de uma criança, ela passa por níveis de aprendizagem, usando os procedimentos de construção comuns, formulando hipóteses diferentes daquelas nas quais se apoiavam. É aí que está a adequação do conhecimento, assimilação e acomodação do novo ao que já possui. É esta incorporação de saberes que faz o educando ser capaz de transformar sua realidade, visando construir um sistema que se assemelhe à escrita dos "adultos". Daí também entender a necessidade do aluno simplesmente imitar os professores como exemplo.

Para alfabetizar uma criança significativamente, é pertinente conhecer os diferentes níveis de aprendizagem pelos quais ela permeia. É diante desses níveis de aprendizagem que o educador pode perceber qual a real situação de conhecimento do seu aluno, para, daí, poder fazer as inferências necessárias na construção e aquisição do saber. Estas fases são classificadas em seis períodos, os quais descreveremos brevemente com o intuito apenas de situar o leitor neste estudo, pois, para refletir a prática do professor com relação ao ensino da leitura e escrita do aluno, é necessário compreender também como esse processo acontece.

O primeiro nível de aprendizagem pelo qual uma criança passa é chamado de nível pré-silábico. É considerado inicial, quando a criança contextualiza suas ações com o desenho, sendo este uma oposição à escrita sistematicamente formalizada. Ela inicia

sua caminhada para se apropriar da escrita imitando e tentando copiar o que denominamos letras. São estas as famosas *garatujas*. Ainda no nível pré-silábico, a criança avança indo para um estágio que classificamos como quantitativo (quando ela já reconhece um número de letras, para que alguma palavra esteja escrita) e qualitativo (sendo necessário um número mínimo de variação de caracteres para que se possa ler uma palavra). A descoberta de que a escrita representa a fala levará a criança a formular uma hipótese que a estimulará a prosseguir com as suas investigações e nossas intervenções. A partir deste momento, a criança passa para outro nível o qual chamamos de silábico.

O nível silábico pode ser observado como um salto qualitativo, na produção da escrita pelo aluno alfabetizando, já que é a primeira hipótese que obedece a um critério que faz relação entre as unidades da escrita e da linguagem oral. É neste momento que a criança começa a estabelecer os vínculos iniciais entre fala e escrita, uma vez que acredita que cada letra representa uma sílaba. Percebemos neste momento a importância de considerar as contradições e os conflitos pelos quais as crianças passam até alcançar o objetivo maior que é escrever plenamente e significativamente. Após esta fase, a criança é incentivada a ir para um nível superior a este, ao qual denominamos silábico-alfabético.

Neste momento da aprendizagem, acontece a transição em que a criança mantém e questiona as relações silábicas, e, por isso, as escrituras incluem sílabas representadas por uma letra. Nesta etapa, os alunos esforçam-se para dar mais sentido para os questionamentos que formulam. O estágio silábico é um momento fundamental no desenvolvimento do processo pessoal do aluno, quando as informações que recebe do meio, as conquistas pessoais nos níveis anteriores e a irritação por ainda não dominar "decifrar" como o sistema de escrita se estrutura acabam gerando inúmeros conflitos cognitivos que causarão um desmonte nos princípios que até então se mantinham equilibrados. A aprendizagem acontece neste momento de desequilíbrio, pois é assimilação e acomodação de novos conhecimentos que compõem o ato de aprender. Nesta fase, a criança é capaz de produzir escritos, apresentando deficiências, mas também começa-se a dar valor sonoro, realidade ao que propõe. Este levantamento de hipótese dá à criança a propulsão de uma nova fase que é a alfabética.

O nível alfabético representa a conquista definitiva do sistema de escrita por meio do reconhecimento, pela criança, de que cada letra representa um som, o que estabiliza a hipótese de correspondência de tipo alfabético e garante que a criança consiga escrever de acordo com ela. É o nível final da alfabetização.

Nas nossas escolas, o que vemos frequentemente são crianças ainda nos estágios silábicos e pré-silábicos já nas duas últimas fases da educação infantil, carregando suas dificuldades leitoras e escritas ao longo de toda a sua vida estudantil. Isto não quer dizer que a alfabetização tenha que se preocupar com a escrita codificada e decodificada dos textos, e sim com as posteriores inferências que os alunos terão que fazer. As diferentes leituras de mundo que se descortinarão em seus cotidianos, pois reafirmamos que a escola deve preparar o aluno não apenas para ler e escrever bem, mesmo porque não é esta leitura e escrita sistematizada que atribui a alguém o título de bom ou mau leitor. Contudo, é importante que a prática pedagógica do educador possibilite aos alunos o desenvolvimento de todas as suas habilidades dentro das fases acima descritas. Assim, a aprendizagem acontecerá de forma efetiva para os alunos. Para Emília Ferreiro (2008, p.79), a construção da escrita é muito mais que escrever símbolos, e ler vai além de produzir sons:

> (...) eu digo escrita entendendo que não falo somente da produção de marcas gráficas por parte das crianças; também falo da interpretação dessas marcas gráficas. (...) não existe um termo equivalente a "literacy", que é particularmente cômodo para falar de algo que envolve mais que aprender a produzir marcas, porque é produzir língua escrita; algo que é mais que decifrar marcas feitas por outros, porque é também interpretar mensagens de diferentes tipos e de diferentes graus de complexidade; algo que também supõe conhecimento acerca deste objeto tão complexo - a língua escrita, que se representa em uma multiplicidade de usos sociais. (2008, p.79)

O autor Gumperz (2008, p.74), diz que alfabetizar não é aprender a decodificar um texto descontextualizado, mas aprender como se basear no conhecimento da linguagem e de todo o contexto para criar e manter o desenvolvimento e para guiar e interpretar o significado. Esta afirmação é relevante e se assemelha às demais abordadas até então. Faz-nos crer que, para o aluno aprender, ele precisa estar envolvido nas situações de aprendizagem. Este envolvimento se dá de forma lúdica, descontraída. É importante que o aluno aprenda significando e ressignificando o que aprende, pois é nesta troca que a alfabetização faz-se efetiva e que o aluno vai além

do cerne "codificar e decodificar".

O sentido completo de alfabetizar é permitir, criar meios para o aluno ler o mundo, pois como Paulo Freire (1997) afirma, "a leitura/escrita pressupõe a leitura de mundo", ou seja, a criança começa a ler muito antes de aprender letras, ela aprende a ler quando começa a interpretar o mundo que a rodeia e o ensino nas séries iniciais é eficaz quando o professor adequa este conhecimento a novas descobertas. Soares (2001, p.17) afirma que:

> Letramento é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Implícita nesse conceito está a idéia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la.

Alfabetizar é dar a possibilidade a alguém para que este se transforme em leitor e em usuário da escrita, diferente daqueles que olham um conjunto de letras e dele extraem um som ou não. Esse indivíduo tem a consciência sistemática da escrita, mas não a usa para concretizar ações sociais. Mesmo assim, este ser que nós acreditamos e concebemos como alfabetizado tem plena condição de escrever, comunicar-se, estar em contato com o mundo. Quando se fala de uma alfabetização significativa, propõe-se que ela dê condições para a aquisição de uma consciência crítica das contradições da sociedade na qual o homem vive os seus anseios, estimulando a iniciativa e participação no mundo. Como já foi dito, para Magda Soares (2001, p.16), que acredita em alfabetização norteada na habilidade de letrar, o ato de alfabetizar implica criar condições para que o sujeito acesse o mundo da escrita, fazendo uso real dela em sua vida.

Nas nossas escolas, a alfabetização precisa assumir um papel desvinculado dos conceitos pré-estabelecidos, pontuados ao longo de nossa história, que sempre se preocupou com os resultados obtidos dos projetos propostos, mas pouco privilegia a forma pela qual se chega aos resultados. O que acontece com as nossas crianças nas escolas é fruto de um ensinamento alienante que objetiva que o conhecimento seja transmitido e não construído a partir das realidades dos educandos.

Não é possível que a escola continue propagando a alfabetização como um ato

isolado contido nas salas de aula. Saber ler e escrever não é apenas codificar e decodificar símbolos, mas entender que somos parte de um contexto social e que as nossas ações, interferem diretamente nas transformações ocorridas nesta. A alfabetização que se encerra nesse conceito de ensinar a ler e escrever acaba tornando-se um veículo de dominação. O sentido completo de alfabetizar é permitir, criar meios para o aluno ler o mundo, pois, retomando mais uma vez a fala do educador Paulo Freire (1997), "a leitura/escrita pressupõe a leitura de mundo".

2.1.1 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACERCA DAS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Vivemos em uma sociedade letrada na qual não nascemos leitores. Para o ser humano participar, de forma consciente e integral deste mundo letrado que o rodeia, o primeiro passo é a formação do sujeito que lê e escreve significativamente, tornando-se crítico e cônscio do seu papel na sociedade em que vive.

Ao longo da história, contudo, percebe-se que a alfabetização não vem cumprindo adequadamente sua função de formar leitores, os quais deveriam aprender, não apenas a codificar e decodificar as palavras, mas, sobretudo, serem capazes de criticar e apresentar a sua versão dos fatos e fenômenos sociais e naturais. Esta, assim, seria a alfabetização no sentido amplo, como afirma Nicolau e Moura, (1986. p 01):

> A educação da criança deve visar também a transformação da realidade. Acreditamos no poder da educação e dos educadores, reafirma-se nossa crença no papel transformador da escola. Obviamente não é essa a escola que aí está, mas uma escola que ofereça condições básicas de estrutura e funcionamento para que os educadores possam oferecer, no âmbito que lhe é próprio, iguais oportunidades de aprendizagem a todos, indistintamente.

O desafio para a grande parte dos educadores é encontrar saídas para enfrentar estas dificuldades que as escolas brasileiras apresentam para garantir uma alfabetização de qualidade, pois um dos agentes da mudança enfatizado é o papel do

professor, refletindo sua atuação em função da realidade e do momento educacional em que está vivendo a escola. Surgem, assim, estudos e pesquisas no campo da alfabetização e na formação do professor alfabetizador.

Nos últimos 20 anos, o Brasil foi marcado por uma multiplicidade quantitativa e qualitativa de estudos e pesquisas relacionadas ao ensino e à aprendizagem da leitura e da escrita na alfabetização. As pesquisas de Magda Soares (1999) mostram o aumento significativo destes estudos, de modo especial a partir da década de 80 do século passado, refletindo no momento internacional de busca de uma compreensão científica e multidisciplinar do ato de alfabetizar.

Os estudos que norteavam a alfabetização, há alguns anos, preocupavam-se demasiadamente com as dificuldades que os alunos encontravam em desenvolver suas habilidades na escrita e leitura, sob o olhar restrito na cognição do aluno, como se o problema de aprendizagem estivesse apenas voltado para o aluno, não atingindo, em nenhum momento, os instrumentos e metodologias adotadas pelo educador.

A partir de 1980, começou a ser divulgado internacionalmente o trabalho pioneiro de Emília Ferreiro, relacionado aos processos de aquisição da linguagem escrita em crianças pré-escolares argentinas e mexicanas, analisando os métodos tradicionais de alfabetização. A autora desenvolveu seu trabalho apoiando-se na teoria psicolinguística e assumindo a perspectiva da epistemologia piagetiana. Isso trouxe grandes contribuições para as produções científicas voltadas para a alfabetização brasileira, dentro de um contexto em que a criança, além de ser alfabetizada sob os signos linguísticos, precisa também ser letrada e respeitada em sua individualidade, cumprindo o seu momento de aprendizagem, que não é igual nos indivíduos.

O tema 'dificuldade de aprendizagem' apresenta decréscimo em relação aos estudos, a partir daquela década. Esses estudos trazem questionamentos ligados ao próprio conceito de dificuldade de aprendizagem e buscam descolar as causas dessas dificuldades das condições metodológicas do próprio ensino ou para os determinantes sociais econômicos e culturais.

De modo especial, surgem estudos relativos à concepção de alfabetização bem como a aquisição da língua escrita pela criança, apresentando assim a importância do tema no momento, em que analisa e questiona as concepções tradicionais da prática pedagógica e não apenas salientando as problemáticas dos alunos. Neste sentido, os estudos da Psicolinguística e da Psicologia Genética permitem uma nova compreensão dos processos de descobertas das funções e das estruturas da língua pelas crianças, que, em sua amplitude compreendem, assimilam e constroem de maneira diferenciada que muitos adultos, motivo pelo qual o educador alfabetizador deve estar atento de como ensina e para que ensina, pois só assim a alfabetização significativa acontecerá efetivamente.

Jean Piaget e Lev Vygostky apresentam uma nova concepção de aprendizagem dando a possibilidade aos educadores de entenderem como se processa e desenvolve o conhecimento e aprendizagem dos indivíduos. Segundo Ribeiro (1999), os processos de desenvolvimento cognitivo e da aprendizagem humana demonstrados por Piaget e Vygostky não ocorrem de fora para dentro, e ler e escrever não são cópia superficial do objeto. A aprendizagem é um processo endógeno, construído pelo sujeito, portanto a aquisição da leitura e da escrita dependem do nível de desenvolvimento cognitivo daquele que aprende.

O conhecimento é construído pelo indivíduo que considera e enfatiza a concepção construtivista e sócio-interacionista. Os mecanismos de desenvolvimento cognitivo referentes ao processo de alfabetização devem estar fundamentados na epistemologia genética de Piaget e na Teoria Sócio-Interacionista de Lev Vygostky, assim como na psicogênese da língua escrita de Ferreiro.

Para que o sujeito possa assimilar o objeto do seu conhecimento, ele deve interpretá-lo de acordo com os mecanismos intelectuais de que dispõe. Ao agir e interagir com o objeto de conhecimento, o sujeito construirá as suas estruturas cognitivas. O sujeito também irá hipotetizar e construir conceitos acerca de papéis e funções sociais.

Desta forma, o aluno participa de forma efetiva na construção da sua história e da sua cultura, pois, ao agir no seu meio, modifica não somente o lugar onde vive, mas, também os demais sujeitos que com ele interagem. Aprender a ler e escrever

dependerá das trocas estabelecidas daquele que aprende com o sistema de representação da língua materna, através de interações significativas e da metodologia que os educadores aplicam em suas práticas pedagógicas.

Emília Ferreiro (1997) também analisa de que forma se processa a evolução da escrita em diversas crianças, analisando como elas constroem as suas hipóteses sobre o sistema de representação da língua alfabética e observando como essas crianças entram em conflitos quando estruturas novas de conhecimento referentes à escrita se deparam com as já existentes. Refletir sobre a aquisição da aprendizagem da leitura e da escrita numa perspectiva construtivista pressupõe um aprofundamento teórico e abrangente do alfabetizador a respeito de princípios importantes que fundamentam o seu agir no processo de aprendizagem. O professor que alfabetizar precisa ter conhecimento amplo de como se processa a aprendizagem.

É relevante destacar que as diferentes perspectivas do processo de alfabetização, a partir de diferentes áreas de conhecimento (Psicologia, Linguística, Pedagogia), cada uma tratando o problema das dificuldades dos educandos em ler e escrever de forma independente, ignorando todas as outras áreas de saber, não explicam as dificuldades encontradas em nossas salas de aula. Os problemas da leitura e escrita detectados no aluno geralmente são atribuídos a ele próprio, desde a dificuldade cognitiva e a condição social até questões voltadas para a saúde, cultura, entre outros. Em outra extremidade está o professor, que não é preparado adequadamente para enfrentar a realidade de iniciar os alunos na caminhada de ler e escrever, ou por falta de formação, metodologia, ou de técnicas de ensino voltadas para a temática, transformações, informações. Essa pesquisa contribui com o desenvolvimento das habilidades e competências dos educandos.

Segundo Teberosky (2003), quando se fala em alfabetização, não são suficientes os pressupostos teóricos previamente estabelecidos, pois, sem a discussão entre teoria e prática, de nada adianta a problemática sobre a prática e o consequente questionamento sobre seus fundamentos, sobre suas bases teóricas. A razão primeira que justifica uma mudança radical nas práticas de alfabetização é o conhecimento sobre os processos de aprendizagem da leitura e da escrita. É porque hoje sabemos como as crianças aprendem que não temos como fugir da

responsabilidade de transformar nossas formas de ensinar. Se o professor concebe o conhecimento humano como acabado, imutável, cabendo-lhe, apenas, a tarefa de transmiti-lo e ao aluno a de recebê-lo, sua prática, certamente, será diferente da do professor que se sinta, junto com seus alunos, produtor, construtor, criador do conhecimento de sua época. Essa prática diferenciada terá reflexo no processo de alfabetização. A alfabetização é uma triangulação entre as concepções do professor, a natureza do objeto de conhecimento – a língua escrita – e o aluno, em suas dimensões psicológicas. O professor, a partir da reflexão sobre a sua prática, constrói o seu método, que traduz a sua história pessoal, talentos e habilidades e a realidade social, pessoal e linguística dos alunos.

Acerca do papel do professor, é importante a consideração que postula que

> (...) a possibilidade concreta de um fazer pedagógico onde o papel do professor não é dar o conhecimento à criança e nem apenas se limitar a observar e constatar "como" o seu aluno se encontra. Ao contrário de um espontaneísmo, a professora tem um papel fundamental enquanto "mediadora" no avançar do seu aluno. Ela é alguém que provoca, instiga, informa, compartilha conhecimentos... Alguém que atende ao desejo da criança, pretendendo criar permanentemente, novos desejos. Alguém que interfere, intencionalmente, no processo vivido pela criança na apropriação da linguagem escrita, criando novas possibilidades e se antecipando ao que a criança nos revela. (GARCIA, 2001, p. 36)

Neste sentido, o que a autora afirma é que a maneira de agir do professor em sala de aula colabora para uma adequada aprendizagem dos alunos. Analisa também sua prática e metodologia e, a partir de uma caracterização desse profissional, observa a forte relação que o alfabetizador tem com a aprendizagem dos seus alunos. Neste contexto, o uso da "mediação" é de fundamental importância, poderá ampliar e implementar o processo de ensino-aprendizagem, dando forma didática à visão do aprendiz como sujeito que constrói seu próprio conhecimento à medida que os desafios colocados com a mediação do professor obrigam os alunos a pensar, a reorganizar o conhecimento.

Segundo Kleiman (1998), com base nas mudanças relativas à organização do trabalho pedagógico do professor alfabetizador como modalidades de organizações dos alunos em sala de aula, emprego de tempo, formas de avaliação etc, que se

caracterizam como mudanças de natureza pedagógica, é preciso que se estabeleça um modelo da transposição didática que enfoca a construção dos saberes e da ação do professor ligados ao ensino da leitura e da escrita na alfabetização inicial e, é claro, o tratamento do ensino da leitura e da escrita como práticas de letramento, sobre a necessidade de o alfabetizador proporcionar aos aprendizes o domínio dos "usos e funções sociais" da leitura e da escrita. Dentro da sala de aula, não se identifica a existência de um discurso totalmente construído sobre o que se deve ou não fazer. Por meio de muitas ações e palavras, são múltiplos os elementos que convergem bastante para que se possa dizer que existe uma prática sobre regras (escritas e orais) da prática pedagógica do professor alfabetizador.

2.1.2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UMA BREVE ANÁLISE

Muitas são as causas que impossibilitam o educando de aprender a ler e escrever significativamente. Para tentar minimizar esta condição preocupante da educação brasileira, muitos educadores, pedagogos e especialistas em educação, de maneira geral, discutem as condições em que se dá o processo de alfabetização. Nesta análise, traçam um paralelo entre a prática de ensinar dos professores e as condições necessárias que o aluno precisa ter para aprender. Aborda-se ainda uma diferença significante entre o ato de letrar e alfabetizar.

Alguns alfabetizadores não dissociam letramento de alfabetização, pois concebem estes dois processos de forma complementar. Porém, existem alguns educadores que não se preocupam com o letramento do educando, levando em conta apenas a necessidade de o educando aprender a codificar e decodificar textos exclusivamente. Esta segunda gama de professores chama a nossa atenção, pois estão presentes nas salas de aula das escolas nas quais atuamos e contribuem com a deficiência leitora dos alunos, desde que suas práticas docentes estejam pautadas na codificação e decodificação, deixando secundário o letramento e o conhecimento prévio dos educandos.

É importante associar alfabetização ao letramento, pois, como veremos aqui neste

estudo, é improvável alfabetizar amplamente um indivíduo sem também letrá-lo e, para isso acontecer de forma efetiva, o professor precisa abrir-se para novos paradigmas, pois só conscientes de novas possibilidades na educação é que poderemos realmente fazer a diferença em nossas escolas.

De acordo com Soares (2001), a utilização do termo 'letramento' não é desconhecida pelos professores no ambiente escolar, muito pelo contrário: está em foco. Para os especialistas em letramento, letrar refere-se a um novo vocabulário utilizado pelos estudiosos no sentido de simbolizar as letras, não havendo a possibilidade de um conceito eficaz, pronto e acabado. No entanto, existe uma diferença fundamental entre alfabetização e letramento. Para alguns professores, a alfabetização é um processo praticamente mecânico apreendido, na maioria das vezes, dentro das salas de aula, e o letramento é um conjunto de conhecimentos que o indivíduo acumula ao longo da vida. Seguindo esta linha de ação, a alfabetização é vista como um processo finito: termina quando o indivíduo adquire a capacidade de compreensão dos sinais que compreendem determinada língua escrita.

É nesse sentido que reafirmamos que letrar e alfabetizar caminham juntos, embora nem todo sujeito letrado precise necessariamente ser alfabetizado. No entanto, é difícil imaginar que alguém possa exercer tal condição em grau satisfatório, sem que antes tenha sido alfabetizado. Este fato pode ser explicado se levamos em consideração que a maioria dos conhecimentos que adquirimos ao longo de nossas existências está disponível na forma de símbolos grafocêntricos. Em contrapartida é válido ressaltar que, mesmo antes das letras, os homens já se comunicavam e, nesta comunicação, faziam as suas impressões de mundo. Isto quer dizer que já possuíam algum grau de letramento, ou seja, os indivíduos não são vazios, mas trazem consigo uma bagagem diversificada de conhecimento que utilizam cotidianamente para atender as suas necessidades básicas e, se preciso for, as complexas também.

Muitos pesquisadores afirmam, assim, que o papel do educador na formação dos cidadãos é incentivar, alargar esse grau de letramento, que, para os educadores, é visto como a capacidade individualizada adquirida nos vários meios de que os indivíduos participam. Não existe uma fórmula para que se possa ensinar um indivíduo a raciocinar, existe, sim, a maneira de ensinar que é necessária raciocinar.

É neste ponto que as escolas voltadas para o processo ensino-aprendizagem têm deixado falhas na educação brasileira.

A discussão do letramento surge sempre envolvida no conceito de alfabetização, o que tem levado uma inadequada e imprópria síntese dos dois procedimentos, com prevalência do conceito de letramento sobre a alfabetização. Isto muito nos preocupa, pois não se deve apenas abandonar modelos antigos em detrimento de novos paradigmas. Neste entorno, é importante deixar claro que um não é melhor que o outro. Não podemos separar estes conceitos: o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita pelo indivíduo ou grupos de indivíduos, enquanto a alfabetização, em sua concepção mais ampla, deve pautar-se neste mesmo processo, além de, evidentemente, voltar-se para a aquisição do domínio do signo linguístico e o uso deste no seu cotidiano.

A alfabetização deve-se desenvolver em um contexto de letramento como o início da aprendizagem da escrita, como o desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que evoluem a língua escrita, e de outras atitudes de caráter prático em relação a essa aprendizagem. A alfabetização e o letramento devem entrelaçar-se e, com isso, alcançar o sucesso na arte de ensinar e aprender a língua escrita, falada e contextualizada, nas nossas escolas.

Letrar-se é informar-se através da leitura, é buscar conhecimento de mundo em todas as suas modalidades, é respeitar as diferentes culturas e a diversidade humana. Por este motivo, ratificamos que os professores alfabetizadores precisam preocupar-se também em levar até seus alunos a alfabetização significativa que nada mais é que uma associação do letramento e a alfabetização, pois não pode existir sobreposição de uma com relação a outra

Ainda é Magda Soares (2001) que postula que o ato de letrar vai muito além de ser analfabeto ou alfabetizado, de saber ler e escrever ou não. Ela entende que letrar é uma condição ou estado de letrado. Essa condição ou estado significaria a capacidade de não só conhecer a leitura e a escrita, mas de viver inserido nesse contexto, fazendo uso constante destas habilidades. De acordo com a autora, letramento e alfabetização se dissociam, no aspecto de conhecer a língua e

pragmatizá-la. O alfabetizado deve saber ler e escrever, e o letrado interage com os mais diversos meios de leitura e escrita. Neste sentido, letramento seria a definição de uma nova questão social, uma preocupação com o fato de "viver" a leitura e a escrita, utilizando-as em sociedade como meio de desenvolvimento intelectual e social e não apenas conhecer símbolos, codificá-los e decodificá-los.

Soares (2001) afirma que

> Um indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser analfabeto, mas ser, de certa forma, letrado. Assim, um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros leem para ele, se ditam cartas para que um alfabetizado as escreva, de certa forma é letrado, pois envolve-se em práticas sociais de leitura e escrita. Desta forma, uma criança que ainda não se alfabetizou, é letrada, pois antes mesmo de conhecer os símbolos, já utiliza a leitura e a escrita. (2001, p.24)

A autora confirma que o ato de ler não se encerra apenas na pronúncia de palavras foneticamente corretas, ou na escrita de textos bem articulados gramaticalmente. Estar alfabetizado é ser capaz de dialogar com a intertextualidade presente no nosso dia-a-dia. É, mesmo sem conhecer os sinais gráficos, ser capaz de interpretar a diversidade, de ouvir, entender e explicar o mundo através de sua vivência e seu conhecimento. Um indivíduo letrado pode estar alfabetizado ou não, mas para que um indivíduo esteja plenamente alfabetizado, é necessário levar em consideração seu nível de letramento, pois, se isto não acontecer, os educadores continuarão a formar indivíduos, sem a menor condição de exercer a sua cidadania. É neste contexto que mais uma vez propomos um re-pensar na forma pela qual os professores alfabetizadores ensinam os nossos alunos a ler e escrever, pois, enquanto a leitura e a escrita forem ensinadas desvinculadas da realidade, não acontecerá uma aprendizagem efetiva.

2.2 ALFABETIZAÇÃO E ENSINO

O processo de alfabetização é parte central do trabalho pedagógico nas séries

iniciais. Não basta apenas estarmos conscientes do que é e como alfabetizar os indivíduos. É preciso um repensar da prática do educador a fim de perceber se o processo de alfabetização se dá de forma adequada, atendendo às necessidades dos alunos, tornando o ato de ensinar o universo da leitura e da escrita, algo que esteja além das possibilidades codificadoras e decodificadoras.

A forma de alfabetizar nas séries iniciais dependerá muito de como o professor concebe o processo de alfabetização. É importante entender que o conceito de alfabetização deve ser amplo, considerando a linguagem em toda a sua dimensão e diversidade. O processo de aquisição do sistema alfabético de escrita tem sido considerado como a aprendizagem de um código de transição (sons em grafemas). Esse processo, no entanto, muda muito quando a discussão volta-se para a prática leitora e para as produções consideradas independentes de nossas crianças. Estas produções, conhecidas como 'garatujas', que, para nós, não recebem a relativa valoração que merecem, para a criança é o primeiro momento com a organização e adequação de sinais. O que não tem sentido para o educador está repleto de significado para os educandos e é neste confronto de ideias que está a estreitíssima ponte de entendimento, entre entender e respeitar o conhecimento do aluno, agregando a este os nossos próprios conhecimentos.

As propostas pedagógicas de alfabetização, que vêm sendo elaboradas no sistema de educação brasileiro, bem como em nossas escolas, têm como referência modelos pedagógicos o construtivismo interacional piagetiano e mais especificamente a psicogênese defendida e aprimorada pelas educadoras Emília Ferreiro e Ana Teberosky, que acreditam na origem de uma pesquisa psicolinguística – dentre as quais uma das mais importantes é a de que as crianças, em seu processo de alfabetização, constroem hipóteses sobre o que a escrita representa. As autoras nos fazem refletir ainda acerca dos conhecimentos que temos hoje sobre desenvolvimento infantil, ensino/aprendizagem e escrita, o que nos permite dizer que é falsa a polêmica sobre o momento certo de aprender, ou melhor, a "idade certa" para a criança ser alfabetizada. Vivemos em uma sociedade letrada, com a escrita estampada por todos os lados, letreiros, placas de rua, jornais, revistas, propagandas, etc. Portanto, a criança convive com a escrita e sua função social desde cedo, ela é letrada mesmo antes de ser alfabetizada (no sentido de ler e escrever), porque está

imersa nas práticas sociais da leitura e da escrita da comunidade em que vive.

Na nossa realidade, não é possível mais acreditar que são os adultos que decidem o momento certo em que a criança deve ser iniciada na relação com a escrita. É claro que, no que diz respeito à escola, é preciso dar às crianças oportunidades variadas e enriquecedoras de interagir com a linguagem/escrita, lendo e escrevendo. Este é o processo inicial de toda a vida educativa do sujeito, não há um período determinado, data pré-estabelecida, pois o ser humano é um eterno aprendiz e sempre está pronto a adequar diferentes significados em suas relações humanas.

É importante salientar que o processo de aprendizagem inicia-se no âmbito familiar e tem continuidade na escola. No entanto, os nossos alunos, em sua grande maioria, trazem situações de convívio familiar um tanto quanto inadequados e estes influem diretamente no desenvolvimento deles. As crianças e adolescentes estão carentes de reconhecimento, muitas vezes não o encontram em casa e muito menos no ambiente escolar. Pelo contrário: constantemente são crivados de críticas, falta de tato e compreensão e isto não acontece apenas na esfera familiar, mas também nas salas de aula, quando os educadores não concebem o processo complexo que é o ato de aprender e, desta forma, acabam criando traumas intransponíveis para a criança, adolescentes e até mesmo adultos. Neste sentido, reafirmamos a premissa deste trabalho na atenção que deve ser denotada ao educador e a sua prática de ensino, para que este seja mais um instrumento incentivador no processo alfabetizador em nossas escolas.

Não nos cabe afirmar que a escola é deficiente no cumprimento do seu papel, pelo contrário, o espaço escolar tem buscado incentivar o educando na aquisição do saber, no sentido de criar-lhes oportunidades na construção do conhecimento, despertando o desejo de aprender, inspirando os alunos, promovendo o seu desenvolvimento. No entanto, em alguns casos, a escola ainda prima por uma educação tradicional, pautada na memorização, na autoridade exagerada, aulas monótonas, dignas de um museu, exercícios repetitivos, que em nada contribuem na construção, acomodação e assimilação de novos conhecimentos. O educando precisa ressignificar ações e não simplesmente decorar métodos e técnicas, principalmente aqueles que se encontram em um processo delicado de

corporeificação do saber, visando entender a sistematização da grafia e dos sons para lhes acrescentar o sentido.

Os processos de alfabetização e, consequentemente, de aprendizagem, precisam que os alunos tenham a liberdade de aprender permanentemente, de ensinar e pesquisar, desenvolvendo estratégias e atividades originais no ambiente escolar. Estas atividades são significativas, por serem únicas e capazes de envolver, despertar, completar. A verdadeira liberdade de aprender reside em ter um pensamento próprio. E nada no meio escolar justifica aprisionar idéias, opiniões ou a capacidade de expressar a crítica. Reafirmamos que é salutar refletir constantemente sobre nossa prática e responsabilidade em promover a construção do ser-sujeito, pesquisador, reflexivo e consciente de suas capacidades e potencialidades. Para que o educador tenha a dimensão da obra de arte que é iniciar uma criança no mundo da leitura, ele precisa levar em consideração todo o histórico que ela possui e de que forma ela significativamente observa o mundo a sua volta. Precisa estar atento para as dificuldades encontradas pelos alunos, certificar-se se estes não apresentam nenhum bloqueio de cunho emocional ou cognitivo, para assim proporcionar uma educação de qualidade a todos.

Há muitos casos em que os alunos realmente apresentam limitações em certas aprendizagens para sistematizar alguns conhecimentos, ou por diferentes motivos, não querem aprender, não têm desejo, não valoriza o espaço escolar ou têm problema de aprendizagem. Mas, para muitos, não foram oportunizadas as aprendizagens significativas, de forma prazerosa, interessante, desafiadora. Vale ressaltar que o aluno precisa ser constantemente desafiado, principalmente nessa descoberta que é a alfabetização, todo o processo alfabético deve estar cunhado em propostas inovadoras, para que o aluno sinta-se motivado a descobrir, criar, produzir e aprender.

Faz parte do processo de alfabetização a discussão que envolve a cultura escrita, tão tradicionalmente disseminada, como as práticas educativas mais lúdicas, criativas, muitas vezes criticadas por professores ainda arcaicos que primam pelas aulas metódicas e decoradas, comprovadamente ineficientes, mas que ainda assim fazem parte de nosso contexto escolar. Nestas escolas, o método mais empregado é o da

aprendizagem da leitura pela associação, por dar resultados imediatos. Fundamenta-se na aquisição de conhecimento por associação de idéias e tem por base a teoria do conexionismo, ou seja, da aprendizagem por associação entre estímulo e resposta. Esta aprendizagem pressupõe a necessidade de algumas habilidades como reconhecimento e a decodificação de certos símbolos gráficos. Ocorre de forma mecânica, anulando a compreensão e a interpretação do texto e se através da memorização. Trata-se de um método que não estimula o interesse pela leitura, pois os textos das famosas cartilhas apresentam palavras repetitivas, envolvendo um número muito pequeno de vocábulos, sem significação para as crianças.

Neste entorno, há teóricos, entre os quais Paulo Freire, Ana Teberosky, Magda Soares e Emília Ferreiro que se opõem aos métodos puramente mecânicos. Propõem a aprendizagem com compreensão para o ensino da leitura. Para eles, ler decisivamente não é expressar palavras graficamente ou oralmente, mas entendê-las. A aprendizagem da leitura sofre a influência de vários fatores, entre os quais: a capacidade da criança de usar a linguagem, a motivação, o procedimento didático, etc. Neste processo, é importante salientar que os textos sejam adaptados ao desenvolvimento intelectual da criança e contenha palavras de seu universo linguístico. Deve considerar o desenvolvimento da linguagem que sofre a influência do meio sociocultural em que a criança vive. Tendo em vista os níveis diferentes numa mesma classe, a escola pode empregar técnicas que permitam exercitar a fala.

Paulo Freire (1997), contradizendo aqueles estudiosos puramente mecânicos, não considera um método didático, não abrange apenas as atividades que o educador desenvolve com os alunos em sala de aula. Inclui, além dessas atividades, a coleta e o tratamento do conteúdo programático. E uma proposta de alfabetização que visa a conscientizar o educando para que tenha uma atitude crítica e de reflexão frente à sua realidade. Nesse sentido, o método é sistematizado em etapas quanto à elaboração e à aplicação. Para o autor, o conteúdo programático de estudo deve ser pesquisado e estar vinculado ao contexto social em que vivem os educandos, no sentido de possibilitar uma compreensão crítica da situação e de como o educando nele se encontra. O educando deve perceber-se como construtor da cultura através da sua ação transformadora. Os debates buscam ressaltar as questões introdutórias e o educando quer adquirir as técnicas de leitura e escrita como atitude de criação e

não como memorização visual e mecânica de palavras e sentenças alienadas de um universo existencial.

Para Foucambert (1994. p.92) "...na fase de aprendizado, o meio deve proporcionar à criança toda a ajuda para utilizar textos "verdadeiros" " e não simplificar textos. É importante ressaltar neste estudo sobre alfabetização os métodos analíticos e sintéticos, que contribuem fortemente para que o aluno adquira maior habilidade leitora. O autor ainda ressalta que é importante adaptar os textos à possibilidades dos aprendizes. Não se pode aprender primeiro a ler palavras, depois frases, depois textos e só aí os textos realmente significativos. Este método que parte de uma unidade menor (letras e sílabas), para uma unidade maior é chamado de sintético, contribui com a aprendizagem do aluno, mas, se utilizado puro e simplesmente, não se torna eficaz, pois será entendido como uma simples forma de decorar, sem dar sentido às palavras e aos próprios textos em construção.

O método sintético na educação tradicional era absoluto. A criança aprendia pequenas unidades, para só então chegar ao todo. No entanto, como podemos observar nas "cartilhas", este método era uma forma de ensinar decodificando e codificando as letras e os sons, para só então aprender a ler. Contudo, é válido ressaltar que a decodificação pode ser entendida como uma consequência da necessidade de ler, já que "ler" é muito mais que um simples decodificar. Segundo Kleiman (1989), ler e saber ler são aprendidos ao mesmo tempo, como um processo de construção de sentido. A leitura de textos de cartilhas faz crer que os textos são padronizados e que só há um jeito de ler. Hoje, no entanto, diferentes tipos de textos são lidos de formas diferentes, atendendo a objetivos diferentes.

Na metodologia analítica, o educando é estimulado a ler partindo de grandes estruturas, características globais do texto, (como o texto se organiza, o tipo e a temática, a partir do título, os portadores do texto e os tipos de texto a ele relacionados, e, quando houver, as ilustrações) para só então chegar às menores estruturas. Essas macroanálises contribuem no desenvolvimento de leitores eficazes, pois, para aprender a ler, os alunos precisam encontrar sentido nos textos que lhes são oferecidos, mesmo porque estes não chegam à escola sem saber ler. Quando o educador aproveita a leitura de mundo que o aluno já possui, o ato de alfabetizar

torna-se dinâmico e significativo.

Não é possível aprender a ler com a leitura de um só tipo de texto, ou método, como propõem as cartilhas, que se apresentam sem objetivo e função, a não ser a decodificação. O trabalho do professor alfabetizador em sala de aula deve proporcionar aos alunos uma aprendizagem que favoreça seu desenvolvimento nos aspectos cognitivos e sociais e este desenvolvimento só acontecerá plenamente se formarmos leitores críticos e reflexivos, capazes de ler o mundo e transformá-lo sempre que se fizer necessário.

Na educação infantil, as crianças recebem informações sobre a escrita quando brincam com a sonoridade das palavras, reconhecendo semelhanças e diferenças entre os termos, e manuseiam todo o tipo de material escrito, como revistas, gibis, livros, etc. Alguns alunos, contudo, já chegam à escola com sua percepção cognitiva aguçada, pois fazem parte de um ambiente em que a leitura e a escrita são constantes. Assim, é muito mais fácil assimilar o novo proposto pela escola e pelos educadores, diferente daqueles, como já foi abordado, que reconhecem a estrutura da linguagem de forma superficial, aleatória, pois na sua comunidade de origem e principalmente no meio familiar não são motivados a fazer, mesmo que agrafamente, leituras de seu contexto e do contexto de outras realidades.

Estamos tão acostumados a considerar a aprendizagem da leitura e escrita como um processo de aprendizagem escolar que se torna difícil reconhecermos que o desenvolvimento desta habilidade começa bem antes dos pequeninos adentrarem ao universo estudantil. Os educadores também não aceitam muito bem esse processo que antecede o processo sistemático que a escola oferece. No desenvolvimento desta pesquisa, a mãe de um aluno comentou que estava triste por seu filho ter aprendido a ler e escrever sozinho e não na escola. Segundo a mãe, o filho não escrevia direito, suas letras eram tortuosas, não eram claras, não atingia a perfeição desejada pelos educadores e pelo seio familiar. O fato de a criança ler e escrever satisfatoriamente não era levado em consideração, apenas a fuga do sistema previamente estabelecido.

Felizmente, as crianças de todas as épocas e de todos os países

> ignoram esta restrição. Nunca esperam completar 06 anos e ter uma professora à sua frente para começarem a aprender. Desde que nascem são construtoras de conhecimento. No esforço de compreender o mundo que as rodeia, levantam problemas muito difíceis e abstratos e tratam, por si próprias, de descobrir respostas para eles. Estão construindo objetos complexos de conhecimento e o sistema de escrita é um deles (FERREIRO 2001, p.64)

O processo de ensino-aprendizagem, assim como o processo de alfabetização não podem ser definidos teoricamente. Contudo, não podemos nos esquecer de que além de teorias, nossos educadores precisam estar aptos para colocar em prática as ações teorizadas. De nada adianta discursos vazios, técnicas e métodos inaplicáveis e um contexto escolar omisso.

2.2.1 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES: OS SABERES DOCENTES E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Nesta parte do trabalho, buscar-se-á analisar reflexivamente a relação existente entre os saberes docentes do professor e sua prática pedagógica, pois para organizar e conduzir situações de aprendizagens é necessário dispor de competências profissionais específicas para enfrentar os desafios do cotidiano. Os saberes docentes são definidos pela cultura própria da educação e as experiências significativas de aprendizagem, que se transformam em fonte de saber.

Os cursos de formação de professores são importantes neste processo, pois além de um vasto conteúdo teórico, faz-se necessário colocar o conhecimento adquirido em prática, pragmatizando a teoria em sala de aula, com a grande responsabilidade de fazer chegar aos nossos alunos, de uma forma real, tudo o que é relevante para a sua formação como cidadão. Precisamos olhar para os nossos alunos de uma forma mais humana, afetiva, visando meios para que, conhecendo seu universo, possamos ajudá-los na aprendizagem para que ele possa ler seu próprio mundo e fazer as inferências necessárias, sempre pensando em si e naqueles que estão a sua volta. Além do conhecimento adquirido por meio de uma formação continuada, é relevante para o professor fazer uso de sua experiência cotidiana, valorizando a sua prática docente. Segundo Campos (2007. p. 22), "o professor, no curso da sua ação

profissional, produz sentidos no contexto cultural em que se encontram inseridos os sujeitos da ação educativa: professores/alunos."

Na análise feita por Campos, sobre a ação profissional do educador, os saberes docentes são definidos pelo campo cultural em que ele atua, lançando mão do conhecimento adquirido faz uma análise da sua prática pedagógica, refletindo sobre as condições e o contexto no qual o processo ensino-aprendizagem ocorre. O professor adequa a sua ação à realidade do aluno, extraindo deste universo as informações que lhe permitem tornar significante e efetivo o processo educativo.

O mundo contemporâneo, porém, determina que o conhecimento, apenas, não é condição suficiente para os indivíduos enfrentarem os problemas e as situações provocadas pela modernidade atual. A educação para o mundo em evolução exige reformas que deem sentido e significados diante da nova realidade. Não basta ter conhecimento, é preponderante saber aplicá-lo nas situações diferentes e inesperadas da vida. Para Arroyo (1993, p.79), "a educação não é uma pré-condição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição." O autor ratifica a relação entre cidadania e educação, já que a escola norteia-se como eixo socializador, na busca de intelectualizar o aluno, mas também prepará-lo para exercer de forma ativa a sua cidadania, sendo capaz de transformar-se e transformar a realidade em que vive, aprender de forma ampla e fazer dos conteúdos, modelos, conceitos apreendidos, instrumentos de sua evolução humana. A luta pela cidadania e pelo direito do cidadão faz parte do espaço pedagógico, no qual se dá o verdadeiro processo de formação do ser. O novo modelo de Educação vigente em nosso país traz a idéia de formar indivíduos capazes de enfrentar o futuro e as variadas situações cotidianas. Para tanto, é importante a formação contínua, a assimilação e transformação de saberes, exigindo com isso desenvolvimento de competências e habilidades, transformação de atitudes.

Por trás da prática pedagógica do professor, neste caso em específico o professor alfabetizador, está a resposta do porquê ele ensina e como os alunos aprendem. Atualmente, muitos estudiosos, entre eles Paulo Freire, Emília Ferreiro e Telma Weiz buscam explicar os processos de ensino/aprendizagem surgindo muitas linhas de interpretação destes processos, discordando cientificamente em alguns pontos, além

de não existir uma única corrente de psicologia de aprendizagem. No entanto, podemos observar que há uma série de princípios nos quais as diferentes correntes estão de acordo e que constatamos nesta pesquisa monográfica. As aprendizagens dependem das características de cada um dos alunos, correspondem às experiências de cada um desde o nascimento. A forma como se aprende e o ritmo da aprendizagem variam de acordo com as capacidades, motivações e interesses de cada uma das crianças, enfim a maneira e a forma como se constroem as aprendizagens são o resultado de processos singulares e pessoais. Weisz (2002, p.69), afirma que:

> Para os construtivistas, diferentemente dos empiristas, para quem a informação deveria ser oferecida da forma mais simples possível, uma de cada vez, para não confundir aquele que aprende – o aprendiz é um sujeito, protagonista do seu próprio processo de aprendizagem, alguém que vai produzir a transformação que converte informação em conhecimento próprio. Essa construção, pelo aprendiz, não se dá por si mesmo e no vazio, mas a partir de situações nas quais ele possa agir sobre o que é objeto de seu conhecimento, pensar sobre ele, recebendo ajuda, sendo desafiado a refletir, interagindo com outras pessoas.

Nas idéias construtivistas da aprendizagem, como nos mostra Telma Weisz, a aprendizagem acontece pelo esforço do aprendiz para dar sentido à informação que lhe é oferecida sobre o objeto. O conhecimento é uma permanente transformação a partir do conhecimento já existente. O que cada aluno já possui de conhecimento é que explica as diferentes formas e tempos de aprendizagens dos conteúdos que estão sendo trabalhados, porém a intervenção do professor neste processo. No âmbito da Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, a concepção construtivista reúne princípios que permitem compreender o processo de aprendizagem.

Alguns dos elementos fundamentais desta teoria pressupõem nossa estrutura cognitiva, a qual está configurada em uma rede de esquemas de conhecimento, definidos como as representações que uma pessoa possui num dado momento de sua existência sobre algum objeto de conhecimento. Estes esquemas são revisados, modificados, adaptados à realidade. Os esquemas de conhecimento de um aluno dependem de seu nível de desenvolvimento cognitivo e dos conhecimentos prévios que pôde construir; a situação de aprendizagem pode ser concebida como um

processo de comparação, de revisão e de construção de esquemas sobre conteúdos. Zabala (1998. p, 37) afirma que:

> Agora, para que este processo se desencadeie, não basta que os alunos se encontrem frente a conteúdos para aprender; é necessário que diante destes possam atualizar seus esquemas de conhecimento, compará-lo com o que é novo, identificar semelhanças e diferenças e integrá-las em seus esquemas, comprovar que o resultado tem certa coerência, etc.

O escritor Antoni Zabala nos chama a atenção para o fato de que não basta aplicar uma atividade ou dar conteúdos escolares: para aprender, é necessário estabelecer relação entre o que já fazia parte da estrutura cognitiva do aluno e o que lhe foi ensinado. Quando isso acontece, podemos dizer que se está produzindo uma aprendizagem significativa dos conteúdos apresentados. Na medida em que podem se estabelecer estas relações, quer dizer, quando a distância entre o que se sabe e o que se tem que aprender é adequado, quando o novo conteúdo foi bem estruturado e o aluno se dispõe a entender, para relacionar e tirar conclusões, sua aprendizagem é significativa.

A competência de ser professor é algo que dificilmente se ensina, mas que se aprende quando o professor é um profissional que desempenha a função de educar através do ensino, tendo o compromisso de criar condições de aprendizagem para uma educação significativa. Para a professora Isabel Alarcao (2006, p.18) "é possível decompor a competência em competência..." Podemos dizer que a competência é um conjunto de saberes, propósitos, movimentações, capacidade e atitudes que se manifestam em situações específicas e se modificam conforme variam os contextos situacionais. A competência profissional apresenta-se de forma dinâmica se os professores estiveram atentos aos desafios encontrados, fazendo deles um contexto de qualificação permanente.

> (...) as competências são da mesma família. Não são pedras preciosas que se guardam em um cofre onde permaneceria intactas, a espera do dia que se precisasse delas. Organizar e dirigir situações de aprendizagem, administrar a progressão das aprendizagens, conceber e fazer evoluir dispositivos de diferenciação, envolver os alunos em sua aprendizagem e em seu trabalho, trabalhar em equipe, participar da escola, informar e envolver os pais, utilizar tecnologia novas, enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão: todas

> essas competências conservam-se graças a um exercício constante. Certamente, após um período sem prática, como a natação ou a bicicleta, elas voltam. No entanto, uma competência que supõe uma nova aprendizagem não está disponível para dar conta das situações presentes, não passa de uma promessa de competência (...) (PERRENOUD, 2000, p.155)

Perrenoud nos faz perceber que o exercício da profissão docente é complexo e interativo, desenvolvendo-se um contexto de trabalho do qual surgem novos desafios. Sem dúvida que a formação inicial do professor é relevante, porém em face dos desafios atuais é necessário retomar a formação continuada em que o professor faz uma análise da prática, refletindo sobre a sua competência profissional. A análise poderá nos levar a perceber que há coisas que se sabe fazer e que não se pode aprender a fazer simplesmente. Por isso, é necessário que nós, professores, possamos rever o que constitui o fundamento da nossa prática e criar novos meios de conhecer e de relacionar-se com o conhecimento e com os aprendizes.

Podemos dizer que a ação e a eficiência do trabalho do professor dependem previamente de um conjunto de atitudes combinadas e estruturadas, princípios e pressupostos educacionais que norteiam a prática educativa. Sobre a ação, Antoni Zabala (1998, p.15) afirma que "torna necessário, que nós, professores, dispomos e utilizamos referenciais que nos ajudem a interpretar o que acontece em aula." Segundo o autor, os efeitos educativos dependem da interação dos fatores relacionados nas situações de ensino: metodologia utilizada, estilo do professor, conteúdos culturais que não são apropriados para o que pretendemos. Portanto, a prática não deve ser reduzida ao momento da aula, pois o que acontece na sala não poderá ser entendido sem análise que leve em conta as previsões. Desta maneira, podemos considerar o planejamento e a avaliação dos processos educacionais como peças fundamentais e inseparáveis, já que a intervenção pedagógica deve passar por uma análise que leve em conta as interações, as previsões, as expectativas e a avaliação dos resultados.

Para Franchi (1995, p.56), além dos fatores e situações de ensinar, "a ação do professor justifica-se não somente do ponto de vista de subjetivo e psicológico do aluno, mas também do ponto de vista de sua responsabilidade e atuação social."

Sabemos que cada professor tem a sua história pessoal, habilidades e talentos próprios. A realidade social e pessoal dos alunos também será diferente em cada situação, criando nessa relação uma aprendizagem recíproca pelos participantes do processo, pois nem sempre o professor dispõe de informações satisfatórias e prévias sobre esta realidade. Diante dos desafios encontrados, o professor também se coloca como um aprendiz reconstruindo a ação sobre a sua própria história e experiências. Também sobre a história que constrói a cada dia, com competência.

O professor de alfabetização é afetado pelas diferentes facetas desse processo complexo e multifacetado, cujo sucesso ou fracasso coloca em xeque a sua identidade de professor. O processo de aprendizagem não responde necessariamente ao processo de ensino, ou seja, não existe um processo único de "ensino-aprendizagem", mas dois processos distintos: o de aprendizagem, desenvolvido pelo aluno e o de ensino, pelo professor. O professor alfabetizador precisa compreender o caminho da aprendizagem que o aluno está seguindo naquele momento e, em função disso, identificar as informações e atividades que permitirão o aluno avançar do conhecimento que já conquistou para outro mais avançado. O processo de ensino dialoga com a aprendizagem e nesse diálogo entre professor é aprendiz.

2.2.2 O PROFESSOR ALFABETIZADOR E A PRÁTICA DE LEITURA E ESCRITA

Os professores, diante de sua formação, recebem variadas classificações profissionais. Há educadores que cursaram apenas o curso Magistério e que, por lei, lecionam apenas em turmas iniciais do ensino fundamental; outros cursaram níveis superiores específicos que lhes permitem ministrar aulas de disciplinas das áreas de humanas ou exatas; há ainda os pós-graduados, especialistas em determinadas áreas da educação, mestres, doutores, etc. Mas o foco desta discussão são aqueles que são intitulados alfabetizadores, que precisam de uma formação mais sólida, voltada para as necessidades especiais de seus educandos e a importância do trabalho que desenvolve, pois é notório afirmar que ensinar uma criança a ler e escrever não é uma tarefa simples, principalmente porque recebemos alunos em

nossas unidades de ensino de diferentes realidades sociais, diferentes níveis de conhecimento, que juntos precisam assimilar e associar conhecimentos prévios, com os novos que lhes são praticamente impostos. Por isso, reafirmamos a complexidade e a responsabilidade de um professor alfabetizador: dele depende toda a estrutura estudantil que o aluno desenvolverá ao longo de sua vida.

Dizemos sempre que as séries iniciais são as mais importantes de toda a fase estudantil, é aí que o aluno recebe o choque cultural entre a sua comunidade e outras, constrói significados e desenvolve-se gradativamente, atingindo a maturidade cognitiva tão almejada pela sociedade, família e evidentemente a escola.

Destacamos neste estudo a necessidade de uma formação efetiva do profissional alfabetizador, um olhar mais atento dos órgãos competentes para estes professores, considerando as suas condições de trabalho, recursos, estudo, pois destes fatores dependem muito o bom desenvolvimento das habilidades do educando, seja ele de uma classe social de maior ou menor prestígio. Para o autor Cagliari (1989, p.14):

> (...) é preciso que os professores que atuam nas séries iniciais procurem aprofundar seus conhecimentos teóricos desenvolvam o hábito de refletir sobre seu trabalho e sejam de fato educadores, agentes transformadores e facilitadores da aquisição de conhecimento por parte do educando.

O desenvolvimento das atividades linguísticas de ler e escrever, falar e ouvir com significação, distante do meio familiar não acontece espontaneamente. Elas precisam ser ensinadas sistematicamente e isso ocorre principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Por esta razão, é preciso que o professor e a professora que alfabetizam compreendam os processos envolvidos na aquisição do nosso sistema de escrita alfabético e das capacidades necessárias ao aluno para que este domine o ato de ler e produzir textos graficamente, pois, sem o uso da escrita, os educandos já trazem de seus ambientes familiares.

O aluno não chega vazio à escola, mas é desta forma que a maioria das escolas os trata, como seres ocos, cabendo ao professor preenchê-los de técnicas que, na maioria das vezes, não são claras e suficientes às necessidades destes indivíduos. O questionamento proposto neste estudo não é detectar a dificuldade do aluno em

aprender, mas entender porque esta aprendizagem não acontece, partindo do eixo centralizador que é o educador e forma com que ele ensina, já que a metodologia é uma das principais formas de fazer chegar ao aluno o que desejamos que ele assimile e pragmatize futuramente.

Sabe-se que os dois anos iniciais de alfabetização não esgotam as capacidades linguísticas e comunicativas que se desenvolvem ao longo de todo o processo de escolarização da vida social. É importante destacar, ainda, que o trabalho a ser feito nesses dois anos não se esgota simplesmente no ato de alfabetizar decodificando e codificando, pois para uma alfabetização completa, precisamos letrar o aluno dentro das habilidades que já possui. No entanto, é preciso a sistematização, para que a grafia se concretize, já que é neste contexto que o aluno encontra nesse seguimento as maiores dificuldades, não apenas nas séries iniciais, mas em todo o percurso estudantil. Para César Coll (2002, p.14),

> O aprendizado e a progressão da criança, entretanto, dependerão do processo por ela desenvolvido, do patamar em que ela se encontra e das possibilidades que o ambiente escolar lhe propiciar, em direção a avanços e expansões.

Segundo Ferreiro (2001), quando uma criança entra na escola ainda não alfabetizada, tanto ela quanto o professor sabem da falta de conhecimento dos signos linguísticos. Ao propor que se arrisque a escrever do jeito que imagina, o que o alfabetizador na verdade esta propondo é uma atividade baseada na capacidade infantil de jogar, de fazer de conta. Em um acordo deste tipo, o aluno deve escrever pondo em jogo tudo o que sabe e pensa sobre escrita, o professor deve usar tudo o que sabe, e se não sabe deve diagnosticar, as hipóteses que as crianças constroem a respeito da escrita para poder, interpretando o que o aluno escreveu, ajudá-lo a avançar.

Dentro dessa possibilidade, quem "faz de conta" é a criança. Nesse espaço em que a criança escreve do seu jeito, o papel do professor é delicado, pois é o mesmo que um adulto participar de uma brincadeira de faz de conta e não entrar nela. As garatujas do aluno têm significado para ele, o aluno as reconhece como sinais e interpreta-os como mensagem. Contudo, isto não acontece com o professor, que precisa dizer que

entende aquela grafia, mas na realidade não a compreende, para daí então fazer com que o aluno sistematize a escrita e leitura de forma totalmente adversa do que eles a possuem.

O conhecimento que o professor tem sobre o que pensam seus alunos a respeito da escrita deve estar a serviço do planejamento da situação didática que lhes é proposta. De nada serve saber sobre como os alunos aprendem, se não for para fazer uso desse conhecimento e aprimorar sua prática em sala de aula, para que os níveis de aprendizagem se elevem e o educando seja realmente beneficiado. Situações didáticas ajustadas às necessidades de conhecer e aprender dos alunos pressupõem a análise de atividades adequadas, argumentações que os ajudem a pensar, construindo conceitos, orientações, sugestões, para fazê-los avançar na troca de conhecimentos. Para que estas propostas tenham efeito, é importante que o professor saiba o que a sua clientela precisa de forma heterogênea com relação a ler e escrever.

O conhecimento das hipóteses de escrita não deve se transformar, sob nenhum pretexto, em um recurso para rotular os alunos, nem mesmo assegurar a formação de classes homogêneas. O aluno aprende com a diferença e desde as séries iniciais os educadores devem se preocupar em transmitir a nossa pluralidade. Todas as crianças têm a capacidade de aprender, umas de forma mais rápida, outras de forma mais lenta, mas todas em condições adequadas podem aprender e construir significativamente seus conceitos com relação ao mundo e ao ambiente em que estão inseridas.

É repetitivo, mas chamemos a atenção, sempre se procuram os problemas na dificuldade de aquisição da leitura e da escrita nos alunos. No entanto, os professores ainda são permissivos em suas práticas, quando propõem ao educando aulas metódicas, sem significados, sistematizações, vazias, sem sentidos concretos ou até mesmo internalização do abstrato. O aluno precisa reconhecer o abstrato e diferenciá-lo do concreto e, se o educador não o ensina adequadamente, ele jamais construirá seus próprios significados.

(...) Para que a leitura se torne um objeto de aprendizagem, é

> necessário que faça sentido para o aluno, isto é, a atividade de leitura deve responder, do seu ponto de vista, a objetivos de realização imediata. Significa trabalhar com a diversidade de objetivos e modelos que caracterizem a leitura, ou seja, os diferentes "para quês" - resolver um problema prático, informar-se, divertir-se, estudar, escrever ou revisar o próprio texto (...) (PCN. LP. 1997. p.54)

Ao entrar na escola, a criança, independentemente do domínio da palavra escrita, já é capaz de falar sobre suas experiências e o mundo que a rodeia. Essa é a manifestação de uma leitura da realidade que ela já faz e continuará fazendo, dentro e fora da escola, e a sala de aula num ambiente estimulador das mais variadas situações, o que irá permitir que as crianças manifestem a leitura que fazem do real, ou seja, manifestem livremente a compreensão e questionamento que fazem a partir dessa leitura.

Considerando essa leitura da realidade e sua consequente expressão, a escola deve também introduzir a criança no mundo do escrito. Através da leitura e da escrita, a criança pode reconhecer não só a leitura real, que ela já faz antes mesmo de chegar às salas de aula, mas confrontar-se com outras visões de mundo, com as quais poderá dialogar, modificando, enriquecendo, questionando o texto do "outro" e/ou sua própria realidade.

Na escola, o aluno deverá ampliar seus horizontes discursivos multiplicando suas possibilidades de construção e reelaboração de gêneros mais complexos, que se manifestam na interação escolar (oral e escrita), nas diferentes práticas sociais específicas, de distintas áreas do saber (temáticas), com contextos, interlocutores e diversas finalidades. É na concretização da linguagem propiciada pela escrita, que o aluno poderá refletir sobre a língua e seus mecanismos, tornando conscientes os conceitos que antes utilizava de maneira inconsciente e sem análise. Neste sentido, é essencial que o aluno faça suas próprias leituras, mas também é muito importante que ouça as leituras dos professores. Quando o educando escuta uma história, incorpora seu repertório, a prosódia, as palavras ali utilizadas, a norma culta, etc., percebe as diferenças nos diversos tipos de texto presentes em seu cotidiano. Esse momento de aprendizagem ativa será a ocasião de se trabalhar também atitudes importantes como aprender a ouvir o outro, respeitar a variedade de registros linguísticos e dialetos presentes em nossa cultura. Kleiman (1998,p.52) afirma que:

> (...) o leitor eficiente faz predições baseados no seu conhecimento de mundo. Na aula de leitura é possível criar condições para o aluno fazer predições, orientada pelo professor, que além de permitir-lhe utilizar seu próprio conhecimento, supre eventuais problemas de leitura do aluno, construindo suportes para o enriquecimento dessas predições e mobilizando seu maior conhecimento sobre o assunto.

Antes da leitura, porém, alguns procedimentos podem facilitar o contato do aluno com o mundo da escrita. Perguntas que propiciem externar o que o texto comunica, antes mesmo de ser lido, são maneiras de despertar o interesse pela leitura. O professor, nesse caso, pode apresentar a capa do livro e, se houver figuras, solicitar ao grupo que fale o que elas comunicam ou fazem imaginar. Quase sempre o título já é portador de significado, e sobre ele o professor pode provocar reflexões. Trabalham-se, assim, algumas capacidades importantes envolvidas no ato de ler: a antecipação ou a predição do conteúdo e do significado do texto, que deverá, ao longo da leitura, passar pela observação, de modo que possibilite uma compreensão ativa das intenções do autor; a percepção inicial da intencionalidade do autor; relação dos conteúdos propostos pelo texto com o universo cognitivo do leitor (conhecimento prévio); enfim, a construção de uma imagem sobre o contexto de leitura. Nos PCN (1997, p.56), reafirma-se a seguinte idéia:

> O conhecimento atualmente disponível a respeito do processo de leitura indica que não se deve ensinar a ler por meio de práticas centradas na decodificação. Ao contrário, é preciso oferecer aos alunos inúmeras oportunidades de aprenderem a ler usando os procedimentos que os bons leitores utilizam. É preciso que antecipem, que façam inferências a partir do contexto ou do conhecimento prévio que possuem, que verifiquem suas suposições, tanto em relação à escrita, propriamente, quanto ao significado. (...) Essas circunstâncias requerem do aluno uma atividade reflexiva que, por sua vez, favorece a evolução de suas estratégias de resolução das questões apresentadas pelo texto.

Segundo Kleiman (1998), as atividades de predição, antecipação e checagem devem ser constantemente retomadas ao longo da leitura, levando o aluno a prever novos significados e a checar suas previsões. A autora afirma ainda que:

> As estratégias do leitor são classificadas em Estratégias cognitivas e estratégias meta-cognitivas. As estratégias meta-cognitivas seriam aquelas operações (não regras), realizadas com algum objetivo em mente, sobre as quais temos controle consciente, no sentido de sermos capazes de dizer e explicar a nossa ação. A estratégia

> cognitiva da leitura seriam aquelas operações inconscientes do leitor, no sentido de não ter chegado ainda ao nível consciente, que ele realiza para atingir algum objetivo de leitura. (...) é, portanto, realizado, estrategicamente e não através de regras. (...) Ele não tem apenas um procedimento para chegar aonde ele quer, ele tem vários possíveis, e se um não der certo, outros serão ensaiados.

A prática de leitura efetiva pressupõe a convivência com situações de leitura, um processo em que as pessoas envolvidas atuam verdadeiramente como sujeito, compartilhando idéias e pontos de vista, aceitando os argumentos usados pelo autor ou deles discordando, dando sentido ao texto que se lê ou escreve. O ato de ler norteia-se ainda em uma determinada experiência, como contato e a familiaridade com diferentes gêneros e estruturas textuais. Solé (1991, p. 69) em seus estudos explica que:

> (...) as estratégias são suspeitas inteligentes, embora arriscados, sobre o caminho mais adequado que devemos seguir. Sua potencialidade reside no fato de serem independentes de um âmbito, particular e poderem se generalizar; em contrapartida, sua aplicação correta exigirá sua contextualização para o problema concreto. Um componente essencial das estratégias é o fato de que envolvem auto-direção – a existência de um objeto e a consciência de que este objetivo existe – e autocontrole, isto é, a supervisão e avaliação do próprio comportamento em função dos objetivos que o guiam e da possibilidade de modificá-lo em caso de necessidade.

Práticas de leitura baseadas nesses pressupostos devem ser organizadas de forma a garantir que os alunos sejam capazes de aprender a decifrar e selecionar, antecipar, inferir e verificar. Em seguida, essa aprendizagem se dá em situações nas quais a leitura para atingir alguma finalidade específica, em colaboração com os colegas, sob a orientação e com ajuda do professor. Atividades como estas além de favorecer o aprofundamento e a ampliação dos conhecimentos que os alunos possuem sobre a linguagem, oferecendo-lhes condições para desenvolverem sua autonomia leitora e escritora. Ainda em Solé (1991, p.73) percebemos que:

> As estratégias que vamos ensinar devem permitir que o aluno planeje a tarefa geral de leitura e sua própria localização – motivação, disponibilidade – diante dela; facilitarão a comprovação, a revisão, o controle do que se lê e a tomada de decisões adequadas em função dos objetivos perseguidores. (...) Compreender os propósitos implícitos e explícitos da leitura. Equivaleria a responder às perguntas: Que tenho que ler? Por que para que tenho que lê-lo? Ativar e aportar a leitura os conhecimentos prévios relevantes para o conteúdo em

> questão. Que sei sobre o conteúdo do texto?(...) Dirigir a atenção fundamental, em detrimento do que pode parecer mais trivial, em detrimento do que pode parecer mais trivial, em detrimento do que pode parecer informação essencial proporcionada pelo texto e necessária para conseguir o meu objetivo de leitura? (...) as estratégias aparecem integradas no decorrer do processo de leitura.

Segundo Solé (1991), a compreensão dos textos pela crença é a meta principal no ensino da leitura. Para chegar a esse ponto, as estratégias de decifração e reconhecimento são caminhos e procedimentos importantes. Ler com compreensão inclui, entre outros, três componentes básicos: a compreensão linear, a produção de inferências, a compreensão global. A compreensão linear do texto diz respeito à capacidade de reconhecer informações visíveis no seu corpo e construir, com elas, o "fio da meada" que permite a apreensão de sentidos. É essa a capacidade de manifestar a possibilidade de ler uma narrativa, saber dizer que fez o que, quando, como, onde, e por quê. Outra capacidade para ler com compreensão é a de produzir inferências. Trata-se de "ler as entrelinhas" ou compreender os subentendidos, realizando operações como associar elementos diversos, presentes no texto ou que fazem parte das vivências do leitor, para compreender informações ou inter-relações entre informações que não estejam explicitadas no texto. A identificação das informações pontuais no texto e a produção de inferências vão possibilitar a compreensão global de textos lidos, a composição de um texto coerente e consistente, ou seja, a construção de sentidos.

Alfabetizar é um momento único na arte de educar, porém, se o educador não tiver a sensibilidade de perceber as sinalizações impostas por um ou grupo de alunos, ela se tornará um momento aterrorizante para o educando, que o internalizará como um momento desagradável em que nada se torna prazeroso e significativo. Ler torna-se desesperador e escrever não será um momento motivado. A aprendizagem não se concretizará. Por este motivo, é tão importante o cuidado que o educador alfabetizador deve ter. As marcas de uma boa alfabetização serão refletidas em toda a sua jornada estudantil, assim como as marcas negativas ficam enraizadas em nosso subconsciente. O aluno não alcançará plenamente o objetivo traçado pelo professor e será sempre estigmatizado pela escola, como uma criança que não se alfabetizou qualitativamente e, por isso, encontrará dificuldades em toda a sua caminhada no ambiente escolar, seja na escrita ou na oralidade. É responsabilidade

do educador não permitir tamanha defasagem e ele consegue se mantiver firme o propósito de que é sua responsabilidade lapidar aquela pedra preciosa, sem, no entanto, macular a sua essência.

Quando atribuímos a responsabilidade ao educador, não eximimos as escolas de possibilitar seu corpo docente uma formação contínua e adequada, bem como ambientes e recursos propícios para que a aprendizagem se confirme. Contudo, vivemos diante de situações que em nada contribuem com o desenvolvimento dos indivíduos nas séries iniciais e uma delas, talvez a mais difícil de ser superada pelos educadores, é a existência de salas superlotadas, nas quais se torna impossível fazer um trabalho diferenciado, voltado para a diversidade, visando atender a todas as diferentes atividades apresentadas. Educação significativa em qualquer momento da escola se dá quando todos os elementos que constituem a unidade unem-se para um único fim: proporcionar educação e formação de qualidade para todos.

3. CAPÍTULO METODOLÓGICO

3.1. PESQUISA QUALITATIVA

Confirmando o que dissemos anteriormente, esta pesquisa monográfica tem como objetivo refletir a prática pedagógica do professor alfabetizador com relação ao ensino da leitura e escrita nas séries iniciais do Ensino Fundamental, por percebermos que as crianças de nossas escolas, continuam cursando a alfabetização e após o término do curso, não sabem ler e escrever de forma eficaz. Quando não se tornam mecânicos codificadores e decodificadores, acabam se tornando analfabetos funcionais, pois não conseguem ver sentido na construção da escrita e, a partir desta, sentem uma dificuldade muito grande em ler.

Para alcançar os resultados pretendidos, optou-se por uma pesquisa qualitativa, que tem sua origem deflagrada ao fim do século XIX. Neste período da História brasileira em que os estudos científicos voltavam seus olhares para as Ciências, principalmente as sociais, os pesquisadores questionavam se tudo deveria ser comprovado, através do empirismo difundido largamente pelas ciências físicas que defendem o padrão único de pesquisa para todas as Ciências, buscando meios para analisar fatos, dados, através de outros métodos de análise. Surge então a pesquisa qualitativa que se pauta no objeto de pesquisa de forma subjetiva, visando a refletir sobre o contexto real do indivíduo ou da comunidade a ser pesquisada, tendo como apoio inúmeras atividades, tais como observação dos fatos, vivência de atividades desenvolvidas, aproximando-se do objeto de estudo de forma concreta, para entender suas dificuldades e suas realizações.

Neste tipo de pesquisa, o pesquisador sempre buscará novas respostas e novas indagações no desenvolvimento de suas atividades, valorizando as interpretações do contexto, observando a realidade de forma mais profunda, estabelecendo uma troca entre os envolvidos na pesquisa, revelando assim ações multifacetadas do conhecimento, que estarão presentes em todo o processo de pesquisa.

> O pesquisador usa uma variedade de tipo de informantes, pedem experiências vicárias e generalização natural sem preocupações normotéticas; apresenta flexibilidade para representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista e ações presentes numa situação social, portanto cultiva o pressuposto de que a realidade pode ser vista e construída sob diferentes perspectivas. (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 68)

É essa variedade de informações que dá ao pesquisador o suporte para evidenciar suas ações de forma subjetiva, sem necessariamente estabelecer um vínculo quantitativo, exato, tão exigido pela pesquisa empírica difundida nas práticas físicas e exatas. A troca existente entre os indivíduos que participam deste processo faz dele uma ação próxima da realidade, na qual a vivência pode comprovar significativamente a que se propõe na pesquisa.

A pesquisa classificada como qualitativa difere de muitas outras por oportunizar o pesquisador a ter uma aproximação real com o pesquisado, para que daí surjam as situações de troca de conhecimento, respondendo ao estudioso suas dúvidas e questionamentos, partindo de pequenas partes e configurando-se no global.

A pesquisa que subsidia este estudo monográfico é caracterizada como etnográfica. É assim denominada por tentar descrever aspectos socioculturais de um grupo, atribuindo a este de forma significante a causa de eventos sociais, comportamentos, instituições ou processos. Desta forma, tornou-se inevitável o trabalho com outra metodologia, que não esta, pois acreditamos que com instrumentos de pesquisa aberta, conto de casos, observação, questionamentos, teríamos uma dimensão maior da problemática que salientamos (a prática pedagógica do professor alfabetizador nas ações de aprendizagem que envolve a leitura e a escrita), já que esta permite uma releitura da prática pedagógica do professor em sala de aula, em que instrumentos de ensino o educador tem apoiado seus saberes, seu ato de ensinar. Destacaremos também como a unidade escolar reflete esta situação e como o aluno inserido neste processo tem sido observado.

É importante ressaltar que esta pesquisa tornou-se muito popular entre os brasileiros, desde a década de 80, por permitir uma aproximação humana entre pesquisador e

pesquisa, além de permitir muitas análises e interpretações variadas, já que seu objetivo não é estatístico numérico. Vai além da demonstração de dados, busca a compreensão, a reflexão para que a análise proposta seja estudada, debatida e sanada dentro dos contextos em que se desenvolvem. Para Spradley (1979, p.11), "a principal preocupação na etnografia é com o significado que tem ações e os eventos para as pessoas ou grupos estudados". O autor ainda afirma que a etnografia pauta-se na cultura e que esta "é o conhecimento já adquirido que as pessoas usam para interpretar experiências e gerar comportamentos." (SPRADLEY, 1979, p.5). André em seus estudos sobre a etnopesquisa ainda destaca que:

> (...) a pesquisa etnográfica buscou a formulação de hipóteses, conceitos, abstrações, teoria e sua testagem. Para isso, faz uso de um plano de trabalho aberto e flexível, em que os focos da investigação vão sendo constantemente revistos, as técnicas de coleta-reavaliadas, os instrumentos reformulados, e os fundamentos teóricos. O que esse tipo de pesquisa visa, é a descoberta de novas formas, de entendimento da realidade. (ANDRÉ, 1995, p.30)

Para fundamentar esta análise e entendermos melhor o objeto de estudo desta monografia, fez-se necessário um estudo de campo. Este método é considerado pelos pesquisadores etnográficos como um dos mais eficazes, pois se norteiam na análise de dados, pessoas, ambientes, comportamentos e no contexto real, concreto dos indivíduos. Macedo (2000, p. 89) afirma que:

> A pesquisa de campo de inspiração qualitativa desempenha uma verdadeira "garimpagem" de expressões e sentidos, e estão interessadas, acima de tudo, com o daqueles que os instituem. Neste tipo de pesquisa os fatores não oficiais assumem grande importância, ao contrário das pesquisas que valorizam os dados substantivos.

A pesquisa etnográfica é um tipo de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade. Por este motivo, pauta-se nos elementos humanos. O nosso interesse em adotar a pesquisa qualitativa como instrumento de trabalho é porque permite ao investigador a sua permanência em campo, em contato com outras culturas e o uso de uma diversidade humana riquíssima na análise de dados.

O uso das técnicas etnográficas baseia-se também na interação constante entre o pesquisador e o objeto pesquisado, princípio este que determina fortemente a

segunda característica da pesquisa, em que o pesquisador torna-se também instrumento principal na coleta e análise de dados. Todos que participam do estudo tornam-se parte integrante deste. Para o estudioso Macedo, o pesquisador em etnopesquisa, é uma pessoa que chega totalizada.

> (...) não deixa burlar suas convicções, sua itinerância, como estudioso de fenômenos humanos, defronta-se arduamente enquanto sujeito, pessoa com suas próprias observações, pondo em evidência suas implicações, consubstanciadas nas suas motivações, perspectivas e finalidades. (1995, p.93)

Na pesquisa etnográfica, nos estudos de campo, os fatores não oficiais assumem grande importância, ao contrário das pesquisas dos dados substantivos. Por este motivo, torna-se pertinente a sua utilização nesta pesquisa monográfica que, antes de analisar quantitativamente os fatos, busca evidenciar em ações humanas as dificuldades de aprendizagem dos alunos do curso de alfabetização, nas atividades de leitura e escrita. Esta pesquisa visa uma verdadeira seleção de expressões e sentidos, e está interessada, acima de tudo, pelo vivido daqueles que os instituem.

3.2 AMBIENTE DE TRABALHO NA PESQUISA ETNOGRÁFICA

Com a intenção de analisar e refletir a prática pedagógica do professor alfabetizador, com relação à leitura e à escrita, optamos em voltar o olhar para o nosso ambiente de trabalho: o Colégio Municipal José Prado Alves, situada na Rua Quintino Alves, s/n, Lages do Batata, município de Jacobina/Ba. Lages do Batata fica a aproximadamente 34km da sede do município, no entroncamento rodoviário, que dá acesso às cidades de Ourolândia e Várzea Nova, além do distrito de Caatinga do Moura.

O colégio foi fundado em 15 de janeiro de 1982, pelo então gestor Flávio Antônio de Mesquita Marques. Neste período, oferecia aos educandos apenas o ensino ainda denominado como primário (hoje ensino fundamental I) e atendia a uma pequena clientela, pois o seu espaço físico não comportava um grande número de alunos. Em 1982, especificamente 03 de março, o colégio passou a funcionar com o ensino fundamental II (5ª à 8ª séries).

Ao longo dos anos, o colégio foi ampliado e recebeu novas modalidades de ensino entre ela e a EJA (Educação de Jovens e Adultos). Atualmente, a unidade escolar dispõe de 15 salas de aula, uma secretaria, uma sala de coordenação, sala de professores, biblioteca com acervo bibliográfico razoável, cozinha com refeitório e merenda escolar de qualidade, depósito, almoxarifado, auditório, quadra de esporte, banheiros, reservatório de água, etc. Espaço amplo e adequado para receber um grande número de alunos, podendo ser considerada de médio ou grande porte. A escola tem oferecido aos alunos de Lages do Batata e circunvizinhança, ensino do 1° ano do ensino fundamental I ao 9º ano do ensino fundamental II. O colégio ainda oferece cursos para a modalidade denominada EJA – Educação de Jovens e Adultos – e recebe alunos da rede estadual para o projeto de Alfabetização chamado Todos pela Alfabetização, o TOPA.

O colégio conta com 38 professores, sendo 17 atuantes no ensino fundamental I, dos quais apenas um possui graduação em nível superior, 05 estão em fase de conclusão, 05 iniciaram seus cursos recentemente e 06 possuem apenas o curso de Magistério. Esta realidade não é diferente no ensino fundamental II, que possui 21 professores, sendo que, destes, 14 possuem nível superior, 05 estão em fase de conclusão e dois possuem apenas o Magistério. Além do corpo docente, trabalham na unidade escolar 09 agentes de portaria, 02 agentes administrativos, 01 diretor e 03 vice-diretores e 02 coordenadores pedagógicos.

O colégio atualmente conta com uma clientela de 1230 alunos, sendo considerado como grande porte. Estes alunos estão divididos nos três turnos. No matutino funciona o fundamental I com 550 alunos, no vespertino funciona o ensino fundamental II com 480 alunos, e no turno noturno 200 alunos, distribuídos entre a Educação de Jovens e Adultos e no Ensino Médio na Modalidade Normal.

A unidade escolar mantém um horário de funcionamento adequado às necessidades de sua clientela, sendo esta constituída de uma grande diversidade. A proposta de trabalho do referido colégio, assim como a sua missão são apoiadas nas atuais propostas da Educação Brasileira, que se norteia no processo de construção do educando, do respeito pelo seu conhecimento e por sua cultura.

É importante ressaltar a importância do espaço físico como ambiente de pesquisa, visto que é neste ambiente que o ato de educar se elucida e que são todos estes fatores em conjunto que propiciam a aquisição de conhecimento em uma esfera ampla. É neste ambiente de educação que as nossas crianças dão os primeiros passos incertos para a estrutura sólida de toda uma vida. O pesquisador em uma proposta qualitativa de pesquisa precisa ter a sensibilidade em perceber como o meio pode interferir na aprendizagem do educando e também na forma de ensinar do educador, até porque somos cônscios de que um sistema de ensino que não privilegia a disseminação do saber afeta direta ou indiretamente a aprendizagem do aluno e o trabalho do professor. Segundo Morin (1991, p.33), "(...) o trabalho de campo assume, em geral, um contínuo processo de reflexão e mudança de foco de observação, o que permite ao pesquisador testemunhar as ações das pessoas em diferentes cenários".

De acordo com esta afirmação, é preponderante que o pesquisador conheça o espaço de trabalho em que o objeto de pesquisa está sendo analisado, pois fará uma reflexão do que sabe de mundo, verá que o produto de seu estudo não é isolado, está incorporado a uma história e cabe a nós, estudiosos, conhecermos este mundo. Assim como é notório conhecer o ambiente onde se dará a observação dos fatos, que poderão elucidar nossos questionamentos, precisa-se também desenvolver técnicas que não a observação para comprovar os fatos abordados, pois, mesmo sendo a pesquisa de cunho qualitativo, é inerente que as situações descritas nesta sejam fundamentadas na realidade e veracidade.

As entrevistas e o questionário direcionados aos professores foram promovidos no ambiente escolar. As observações foram feitas em sala de aula, as quais são amplas e arejadas, no entanto tornam-se superlotadas pela grande quantidade dos alunos distribuídos por turmas. Aproveitamos também a área livre da escola (através de registros fotográficos) para focar que a aprendizagem não acontece apenas dentro de quatro paredes e sim em todos os recantos da unidade de ensino. É evidente que, além de conhecer a escola e as salas de aula onde se processa a alfabetização das crianças, pesquisamos também os documentos da secretaria, como registro de matrículas e senso, que comprovam as informações sobre idade de alunos, local onde vivem os alunos, filiação. Foram solicitados também aos professores seus

planos de curso e de aula, pois não seria possível falar em reflexão da prática pedagógica docente sem observar o planejamento do educador, estar atento para as suas metodologias e identificá-las no decurso de suas aulas.

3.3 O ASPECTO HUMANO COMO FONTE DE PESQUISA: SUJEITOS

É oportuno lembrar que a pesquisa qualitativa pauta-se nas ações humanas, seu contexto, sua cultura. Para efetivarmos a nossa pesquisa, é necessária uma análise detalhada do professor alfabetizador, para que, desta forma, possamos entender o que interfere na sua prática pedagógica ao ensinar o aluno a ler e escrever.

Percebemos, há muitos anos, que os alunos das escolas públicas brasileiras, em sua grande maioria, possuem dificuldades para ler e escrever. Para o que até então não nos atentamos foi em olhar essa dificuldade como uma deficiência na metodologia de ensinar, já que qualquer indivíduo tem a condição necessária para aprender, respeitando seus limites e seu tempo de aprendizagem. Para ir mais além nesta pesquisa, foi necessário conhecermos mais intimamente os alunos do colégio José Prado Alves, saber quem são, onde e com quem vivem, quais seus conhecimentos de mundo, pois só assim entenderemos suas dificuldades e ratificaremos o nosso questionamento, que suscita a possibilidade de que a não leitura e escritura dos alunos está mais voltada para a forma de ensinar do educador, do que precisamente como o aluno incorpora e externiza esta aprendizagem.

O colégio em discussão atende uma variada clientela. Recebe alunos que moram na zona rural, distantes do distrito de Lages do Batata: há crianças que moram na sede da localidade, filhos de comerciantes, professores, etc. Algumas são extremamente pobres, sem recursos para manter sua sobrevivência, vivendo de parcos projetos governamentais; outras, ao contrário, são abastados, possuem situação financeira favorável, dispondo de bens materiais e que só estudam na escola pública por falta de opção. Estes constituem a menor parcela de alunos, mas existem. Os alunos, além da diferença econômica, possuem também a diferença etária. Muitos já estão com idade avançada e acreditam não ter condições para aprender.

Nesse colégio, conforme foi dito, são atendidos 1230 alunos, subdivididos em três turnos. Cursam o ensino fundamental I no turno matutino 550 alunos, dos quais 66 estão na alfabetização e possuem uma faixa etária entre 06 e 12 anos de idade.

Foram escolhidos para a realização desta pesquisa etnográfica também três professores alfabetizadores, que desenvolvem suas funções nas 1ª séries do Ensino Fundamental do Colégio Municipal José Prado Alves em Lages do Batata, Jacobina-Ba. Com estes educadores, desenvolvemos o questionário e efetivamos as observações em sala de aula. Dentre estes indivíduos, dois estão se graduando em Biologia e História e um fez apenas o curso de Magistério. Os professores aqui descritos são funcionários efetivos da Secretaria Municipal de Educação do Município. Dois já trabalham na unidade escolar há aproximadamente oito anos, sempre com turmas de alfabetização, e o terceiro começou a trabalhar na rede municipal há aproximadamente dois anos. Dos professores alfabetizadores, de Lages do Batata e do referido colégio, 35% residem nas mediações do colégio e 65% precisam se deslocar da sede até o distrito para desenvolverem suas atividades.

3.4 PESQUISA ETNOGRÁFICA: QUE INSTRUMENTOS UTILIZAR?

Na pesquisa etnográfica, assim como em qualquer outro tipo de pesquisa, é necessária uma triagem, ou melhor, um planejamento do que e como serão realizadas as atividades para elucidação e veracidade dos fatos descritos. Para tanto, optamos por alguns instrumentos específicos que achamos adequados a nossa proposta de trabalho.

Para a efetivação desta pesquisa, escolhemos alguns recursos metodológicos, como a observação em sala de aula e dos instrumentos pedagógicos utilizados pelos professores, além da aplicação de questionários e entrevistas. Estes instrumentos são recursos eficazes na coleta de dados e nos proporcionaram meios de envolver o pesquisado na temática da pesquisa, através de uma interação que corroborou demasiadamente com o desenvolvimento de nosso estudo.

A observação constituiu um recurso significativo, pois nos possibilitou chegar o mais próximo possível das perspectivas do sujeito, tentando apreender sua visão de mundo ou mesmo daquilo que acreditam ser realidade. Através deste recurso, o investigador está próximo e interage com seu objeto de estudo. Assim sendo, buscamos meios propícios que nos aproximassem de nosso objeto de estudo, para compreendê-lo e interagir com ele efetivamente. Desenvolvemos em um período de três semanas observação de aulas ministradas pelos professores alfabetizadores, exercícios elaborados e efetivados por eles, além do ambiente em que a prática de leitura e escrita acontece (a sala de aula).

Neste período, aplicamos os questionários aos docentes. Este tipo de recurso difere um pouco da entrevista, pois não é necessário que aconteça de forma imediata, discursiva. Elaboramos questões simples e abertas, que visavam saber dados pessoais e profissionais do docente de uma forma detalhada, para que, de posse destes dados, pudéssemos ter uma visão mais ampla dos aspectos sócio-profissionais dos educandos. Nesta atividade os professores alfabetizadores sugeriram responder às questões fora do contexto escolar (alguns levaram as questões para casa e nos devolveram em prazo estabelecido anteriormente). Essas observações e estes questionários foram utilizados com o propósito de levantar dados que possibilitassem uma reflexão sobre os indivíduos envolvidos com a pesquisa. Os instrumentos ora adotados na pesquisa qualitativa nos permitiram acompanhar situações reais com relação ao fenômeno estudado, dando a oportunidade de conhecermos e buscarmos meios que possam minimizar a problemática que é destacada no estudo.

Realizamos também com os docentes entrevistas, em que optamos por perguntas objetivas, abertas, transcorrendo em um clima descontraído de fornecimento de informações. Com a entrevista, foi possível ouvir o educador, inferir junto com ele, conhecer suas angústias e suas colocações com relação a dificuldade que os alunos encontram para ler e escrever nas séries iniciais, partindo da prática pedagógica do educador no ato de ensinar e não simplesmente da condição do aluno em aprender.

Através destes recursos, foi possível conhecer mais a realidade dos sujeitos

envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, já que o meio, o contexto dos indivíduos fala muito sobre eles. Estes instrumentos caracterizados como etnográficos contribuíram de forma autêntica na coleta de dados e nos deram respostas que nos levaram a perceber que em alguns momentos foi oportuna a intervenção do pesquisador, mas em outras situações, não. É interessante salientar mais uma vez que as pesquisas foram realizadas apenas com os professores alfabetizadores, já que seria muito complexo utilizar estes instrumentos com os alunos, que ainda estão construindo a aprendizagem, desenvolvendo a habilidade de ler e escrever significativamente.

4. ANÁLISE DE DADOS

No decorrer desta caminhada, percebemos o quanto o processo de alfabetização é complexo e depende da interação professor-aluno, além de toda a comunidade da qual o educando faz parte. A escola é o ambiente onde os educandos têm a oportunidade de socializar e interagir com outros conhecimentos, fazendo com que estes se tornem significativos dentro de seu cotidiano. Neste contexto, o educador é o intermediário entre o conhecimento que o aluno já possui de sua vivência fora da escola e das estruturas sistematizadas pela educação, que deverão servir para alargar estes conhecimentos, nunca suprimi-los.

Diante da proposta de investigar a prática do professor em sala de aula, para assim refletir sobre as deficiências leitoras e escritoras do educando, propomos uma pesquisa etnográfica em que os principais objetos de estudo são o educador e o educando. Para coletar os dados que neste capítulo serão analisados usamos vários instrumentos de pesquisa, entre eles a entrevista, os questionários e a observação do ambiente de trabalho com a realização das ações pedagógicas.

Os dados aqui analisados foram coletados através das observações na sala de aula e de um questionário, com perguntas abertas, respondidas por três professores das classes de 1º ano do Ensino Fundamental, no Colégio Municipal José Prado Alves em Lages do Batata no município de Jacobina-Ba. Estas informações nos revelaram de que forma acontece o ensino da leitura e da escrita dos alunos do citado colégio, a concepção dos professores sobre a alfabetização leitura e escrita, além das dificuldades encontradas pelos professores alfabetizadores nas classes do 1º ano do Ensino Fundamental.

As informações coletadas nos fizeram perceber que o ensino de leitura e escrita é um desafio que, além de exigir condições favoráveis, implica refletir sobre as práticas e as concepções por nós adotadas ao iniciarmos as crianças no mundo da leitura e da escrita. Nesse sentido, constatamos que as práticas de ensino de leitura e escrita adotadas nas classes do 1º ano do Ensino Fundamental nem sempre dão resultados satisfatórios e que alguns fatores contribuem para o fracasso escolar.

4.1 ALFABETIZAÇÃO, LEITURA E ESCRITA NA CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES PESQUISADOS.

A aprendizagem inicial da língua é o momento em que a criança é introduzida no mundo da cultura letrada, sua capacidade de expressão verbal reflete sobre o uso social da linguagem e um conjunto de capacidades mentais é desenvolvido pela linguagem. Considerando esta fase inicial de alfabetização de crianças de 1º ano do Ensino Fundamental, os professores determinam certos procedimentos de ensino, pois, além de tudo, as características de cada grupo de crianças exigem formas diferenciadas de ação pedagógica.

Desta forma, as ações da prática pedagógica em relação ao ensino e à aprendizagem de leitura e escrita no 1º ano do Ensino Fundamental se baseiam em concepções e teorias que as professoras de alfabetização têm sobre alfabetização, leitura e escrita neste período escolar. Por muito tempo, o conceito de alfabetização se identificou ao ensino-aprendizado do sistema alfabético de escrita, em que a leitura significava a capacidade de decodificador os sinais gráficos, transformando-os em sinais. A aprendizagem na alfabetização se resumia às habilidades de ler e escrever (codificar e decodificar). Com o passar do tempo, o conceito de alfabetização tornou-se mais amplo, sendo considerado como processo de construção do conhecimento em relação ao funcionamento e domínio da língua escrita. Segundo Batista (2006, p.10):

> A partir dos anos 1980, os conceitos de alfabetização foram ampliados com as contribuições dos estudos sobre a psicogênese da aquisição da língua escrita, particularmente com os trabalhos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky. De acordo com esses estudos, o aprendizado do sistema de escrita não se reduziria ao domínio de correspondência entre grafema e fonemas (a modificação e a decodificação), mas se caracterizaria como um processo ativo por meio do qual a criança desde seus primeiros contatos com a escrita, construiria e reconstruiria hipóteses sobre a natureza e o funcionamento da língua escrita, correspondida como um sistema de representação.

A alfabetização passou a designar o processo de ensinar e aprender as habilidades de ler e escrever, significando o domínio da correspondência entre sons da fala transformados em sinais gráficos. Com o domínio da tecnologia do ler e escrever, o conceito de alfabetização foi ampliado chamando a atenção para o uso destas

habilidades em práticas sociais, levando ao surgimento da palavra letramento. Os pesquisadores utilizam o termo Alfabetização para significar tanto o domínio do sistema de escrita quanto os usos da língua escrita em práticas sociais.

Diante deste contexto, procuramos investigar as concepções de alfabetização norteadoras dos trabalhos desenvolvidos pelos professores pesquisados. Os educadores foram denominados aqui de Zilda, Carla e Marta, nomes fictícios, e elas afirmam que:

* *Alfabetização é o processo pelo qual a criança passa a dominar os signos linguísticos e interpreta-os dando sentido a eles na sua vida. (Zilda)*

* *Alfabetização é o processo pelo qual as crianças aprendem a ler e escrever, entretanto vai muito além disso. (Carla)*

* *É o ato de ensinar ao aluno ler, escrever e interpretar com clareza, para que o aluno possa ter uma interação com a sociedade em geral. (Marta)*

Nas respostas das três professoras, podemos perceber que a ideia que elas possuem sobre alfabetização não está restrita à capacidade de decodificar os sinais gráficos, transformando-os em sons. Duas delas reconhecem a alfabetização como processo e todas concordam que, além de ler e escrever, os alunos devem aprender outras coisas, como interpretar e participar da vida em sociedade.

Sabemos que a ação de usar as habilidades de ler e escrever em práticas sociais é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo que se apropria da língua escrita. A leitura é uma prática social que envolve atitudes, gestos e habilidades que são mobilizados pelo leitor, tanto no ato de leitura, como no que antecede a leitura e no que decorre dela, na busca da compreensão do texto, como nos confirmam os PCN da Língua Portuguesa:

> A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc. (...) (PCN-LP, 2001, p 53)

Os alunos das séries iniciais devem ter as mesmas oportunidades de aprenderem a

ler usando os mesmos procedimentos que os bons leitores utilizam. É necessário que utilizem as estratégias de leituras, antecipem, selecionem e que façam inferências a partir do contexto ou do conhecimento prévio que possuem que verifiquem suas suposições, tanto em relação à escrita, quanto ao significado. Para aprender a ler, é preciso adquirir o conhecimento da correspondência fonográfica, de compreender a natureza e o funcionamento do sistema alfabético dentro de uma prática ampla de leitura. Não é necessário que a criança espere aprender a ler para ter acesso a leitura. Ela pode acompanhar as leituras feitas por adultos, pode manusear livros e outros textos, tentando "ler" ou adivinhar o que está escrito. Quando são lidas histórias ou notícias de jornal para crianças que ainda não sabem ler e escrever convencionalmente, ensina-se a elas como são organizados, na escrita, esses dois gêneros.

As primeiras experiências de escrita das crianças não precisam se limitar a exercícios ou a atividades controladas de reproduzir escritos e preencher lacunas. Na realização de pequenos trabalhos, é possível atribuir alguma função e algum sentido às práticas de escrita na sala de aula. O nome próprio ou uma palavra qualquer pode ser um texto, se forem usados numa determinada situação para produzir um sentido.

> (...) o tratamento que se dá à escrita na escola não pode inibir os alunos ou afastá-los do que se pretende; ao contrário, é preciso aproximá-los, principalmente quando são iniciados "oficialmente" no mundo da escrita por meio da alfabetização. Afinal, esse é o início de um caminho que deverão trilhar para transformarem em cidadãos da cultura escrita. (PCN-LP, 2001. p 67)

Os PCN têm orientado os professores a não ensinar a escrever por meio de práticas centradas apenas na codificação de som em letras. É preciso que os alunos tenham oportunidades de aprender a escrever em condições semelhantes às que caracterizem a escrita fora da escola. Como resposta ao nosso questionamento, as professoras nos revelam as suas concepções de leituras e escrita dizendo que:

* *Escrita – domínio dos signos linguísticos. Leitura – dar sentido aos signos, interpretando-os, dando sentido prático. (Zilda)*

A professora Zilda fala em uma leitura interpretativa, com sentido prático, porém na sua prática, fundamentada no método fônico (sintético, a leitura é vista como a

capacidade relativa à decifração do código escrito, ou seja, saber decodificar palavras. A memorização visual e sonora das letras e sílabas constitui-se em elementos fundamentais na prática da alfabetização dos alunos. Na prática é adotada como ponto de partida a letra, o fonema e a sílaba. Ensinam-se letras do alfabeto e suas formas maiúsculas e minúsculas, as letras são combinadas entre si, formando sílabas que devem ser recitadas pelo aluno. A combinação diferenciada das letras com seus respectivos correspondentes sonoros favorecem a leitura e a escrita primeiramente da sílaba, depois de palavras. Sua prática traduz a alfabetização como uma decodificação de símbolos na qual a escrita é uma transcrição gráfica das unidades sonoras.

Nos procedimentos didáticos observados em sala de aula, as palavras foram utilizadas isoladamente (ver anexo). Isolar a palavra de seu contexto é usá-lo como pretexto e resvalar para a silabação. Explorar unidades que não tem significado para o aluno retarda o início da leitura significativa.

** Leitura e escrita ambas caminham juntas, pois é preciso ler para escrever e para escrever precisa ler, e pra ser letrado precisa-se dos dois. (Marta)*

Para a professora Marta, é preciso saber ler para escrever e da mesma forma é preciso saber escrever para ler. Na fala da professora, a leitura e a escrita são vistas como uma conquista da natureza e do funcionamento do sistema de escrita. Entende-se como alfabetização o processo de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabéticos e ortográficos que possibilita ao aluno ler e escrever com autonomia. Entende-se letramento como o processo de inserção e participação na cultura escrita. No conceito da professora Marta, alfabetização e letramento são processos diferentes, mas complementares e inseparáveis, ambos indispensáveis.

As professoras Zilda e Marta falam da leitura como a capacidade relativa à decifração do código escrito, ou seja, saber decodificar palavras. Esse é um processo de análise utilizado para que o leitor consiga ler palavras que não conhece. Para o aprendiz iniciante, a aplicação desse princípio de análise fonológico e importante já que as palavras que aparecem para ler são desconhecidas para ele.

Na prática pedagógica da professora, a alfabetização é um processo construído

através da análise e reflexão da língua escrita a partir do texto de interesse dos alunos. A prática pedagógica fundamentada nos métodos analíticos (historietas e palavração) privilegia o contato do aluno com o texto escrito. Os procedimentos didáticos iniciam-se com uma história do interesse do aluno contada pelo professor, que é reproduzida oralmente pelos alunos. O texto básico é uma lista de palavras produzidas pelos alunos e depois analisado pelo grupo com a intervenção da professora. A leitura é concebida como apreensão de significado e a escrita como criação de sentidos.

A escrita é entendida como o domínio do sistema de escrita. Portanto, para se apropriar do sistema escrito, é necessário compreender que os fonemas (sons da fala) são representados por grafemas (letras ou grupos de letras) na escrita. Para ler e escrever é preciso, então, que o aluno aprenda as regras de correspondência entre fonemas e grafemas, a partir de um trabalho sistemático em sala de aula.

Considerando-se que os alfabetizandos vivem em uma sociedade letrada, o desafio que se coloca é o de conciliar esses dois processos, assegurando aos alunos a apropriação do sistema alfabético e as condições que possibilitem o uso da língua nas práticas sociais de leitura e escrita.

** O aluno lê embora ainda não saiba ler, e escreve apesar de ainda não saber escrever, onde ele venha compreender a função social da escrita e leitura. (Carla)*

A leitura e a escrita, na concepção das professoras Carla e Marta, são atividades que exigem o domínio do sistema da língua escrita. Batista (2006, p.41) salienta que:

> A decodificação é um procedimento utilizado pelo leitor para identificação das relações entre grafemas (letras) e fonemas (sons). Conforme já se enfatizou, na alfabetização, esse é um conhecimento crucial, decisivo. Os leitores iniciantes costumam manifestá-lo decifrando letra por letra, mas também descobrindo e utilizando outros procedimentos, como a identificação de unidades fonológicas além do fonema como sílabas e partes de palavras (...)

Para aprender a ler e escrever com autonomia, o requisito indispensável é ser capaz de operar racionalmente com unidades sonoras de apreensão mais difíceis dos fonemas e com as complexas relações entre os fonemas e o modo de representá-los

graficamente.

Na concepção da professora Carla, o aluno lê e escreve apesar de ainda não saber. Nessa concepção, o aluno constrói a sua própria escrita a partir do conhecimento que possui sobre ela. Para aprender a ler e a escrever, é preciso pensar sobre o que a escrita representa e como ela representa graficamente linguagem. O aluno que ainda não sabe escrever convencionalmente precisa esforçar-se para construir procedimentos de análise e encontrar formas de representar graficamente aquilo que se propõe escrever.

Para ler, o aluno precisa analisar todos os indicadores disponíveis para descobrir o significado do escrito e poder realizar a "leitura" de duas formas: pelo ajuste da "leitura" do texto que conhece de cor os segmentos escritos; por elementos do texto ou do seu entorno que permita ao aluno imaginar o que poderia estar aí escrito. Para permitir este tipo de "leitura", os textos devem ser de fácil memorização, ou que possibilitam suposições de sentido a partir do conteúdo ou de qualquer elemento do texto que permite ao aluno descobrir o significado do escrito.

Só é possível ler e escrever antes de saber se o aluno obtiver informações no contexto que lhe sirvam como pista e utilizar e que já sabe sobre a escrita, propriamente dito, para descobrir o que está escrito. Ainda respondendo ao nosso questionamento, as professoras nos falam sobre os métodos de ensino utilizados por elas na prática de sala de aula:

* *Uma mistura do método fônico, analítico e sintético.* (Zilda)

* *Não existe método pronto. Trabalho com vários pensadores, procuro buscar uma linha como o de Ana Taberosky, onde se trabalha por níveis de escrita de cada aluno. (Carla)*

* *São feitas atividades de escrita e leitura todos os dias, dentro das possibilidades que posso oferecer. (Marta)*

Zilda diz que, em sua sala de aula, utiliza uma mistura de métodos sintéticos fônicos e analíticos, porém, observando sua prática pedagógica, constatamos que suas ações estão fundamentadas no método sintético fônico que toma como ponto de

referência para o ensino da língua a letra. A alfabetização é praticada como o domínio do sistema de escrita, sendo a leitura a capacidade de decodificar os símbolos gráficos e a escrita, como a capacidade de codificar o som da fala. As letras são ensinadas isoladamente, iniciadas pelas vogais seguidas de consoantes. As sílabas são introduzidas depois que os alunos são capazes de reconhecer as combinações das vogais seguidas de consoantes. As sílabas combinadas formam palavras e as palavras são combinadas em frases e textos. Portanto, o ensino da leitura está restrito à decodificação ou converter letras em sons, um ensino de códigos.

Os métodos sintéticos ou os analíticos traduzem a concepção "tradicional" de alfabetização como o processo de apropriação do sistema de escrita, o aprender a ler como decodificação e a escrita como codificação. Segundo Batista (2006, p.13):

> (...) os métodos de base fônica, embora focalizando um ponto fundamental para a compreensão do sistema alfabético, que é a relação entre fonema e grafema, restringem a concepção de alfabetização, quando valorizam exclusivamente o eixo da codificação e decodificação pela decomposição de elementos que se centram em fonemas e sinais gráficos (...). Por sua vez, os métodos analíticos orientam a apropriação do código escrito pelo caminho do todo para as partes (de palavras, sentenças ou textos para a decomposição das sílabas em grafemas e fonemas). Apesar de procurarem situar a relação grafema/fonema em unidades de sentido, como palavras, sentenças e textos, os métodos analíticos tendem a se valer de frases e textos artificialmente curtos e repetitivos, para favorecer a estratégia de memorização, considerada fundamental.

A professora Carla respondeu que utiliza, em sala de aula, uma metodologia que trabalha com a teoria da psicogênese da língua escrita. Nesta teoria, os alunos aprendem a escrever produzindo escritos significativos. Ao iniciar o processo de alfabetização, não se pode esperar que as crianças produzam textos de forma convencional. A criança vai aprender a escrever escrevendo, mesmo quando ainda não sabe grafar as palavras. Nesse processo, ela faz reflexão sobre o sistema de escrita e pode construir hipóteses de como esta se organiza.

O estudo sobre a psicogênese da aquisição da língua escrita parte da idéia do aluno como construtor de sua aprendizagem. É importante que o professor saiba em que nível/estágio de escrita os alunos se encontram a fim de respeitar o ritmo e possibilitar os estímulos necessários ao desenvolvimento de cada um. Para Ferreiro (2001 p.18-

19)

> Do ponto de vista construtivo, a escrita infantil segue uma linha de evolução surpreendentemente regular, através de diversos meios culturais, de diversas situações educativas e de diversas línguas. Aí, podem ser distinguidos três grandes períodos no interior dos quais cabem múltiplas subdivisões: 'distinção entre o modo de representação icônico e o não icônico'; 'a construção de formas de diferenciação (controle progressivo das variações sobre os eixos qualitativo e quantitativo)'; *a fonetização da escrita, que se inicia com um período silábico culmina no período alfabético';

As crianças dedicam um grande esforço intelectual na construção de diferenciação entre as escritas. Não é evidente, para elas, que a escrita representa a fala, então para aprender a ler e escrever precisam pensar sobre a escrita, sobre o que ela representa e como representa. Usam, a princípio, desenhos para comunicar graficamente o que estão pensando. O contato com o mundo da escrita possibilita formular hipóteses para tais questões levando-as a vivenciar fases que vão desde o uso de uma grande quantidade de símbolos (pré-silábicos), que podem ser convencionais (letras) ou não (garatujas, pseudo-letras), até a representação alfabética da pauta sonora. Cada criança, quando se alfabetiza, está reinventando a escrita.

A resposta da professora Marta não nos revela a ideia, concepção ou teoria que sustenta a sua prática pedagógica. Ela fala sobre a prática de leitura e escrita presente diariamente na classe, porém não revela a forma em que são organizadas estas atividades. Mesmo que o professor não tenha consciência, sua prática pedagógica está fundamentada em idéias que as orientam, como afirma Weiz (2002, p.55),"Quando analisamos a prática pedagógica de qualquer professor, vemos que, por trás de suas ações, há sempre um conjunto de idéias que os orienta (...)"

4.2 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE LEITURA E ESCRITA NAS SALAS DO 1º ANO

Através das observações realizadas em três salas do 1º ano do Ensino Fundamental,

coletamos informações que nos revelaram de que forma acontece o ensino da leitura e da escrita nestas classes, procurando perceber o nível de funcionalidade dos instrumentos metodológicos utilizados pelas professoras é identificar os motivos que fazem com que os alunos do 1º ano não aprendam a ler e a escrever de forma significativa. Desta forma, analisaremos a sequência de atividades organizadas nas aulas das professoras Zilda, Carla e Marta. As sequências aqui relatadas e analisadas foram observadas nas aulas em momentos distintos.

O ambiente e a organização do espaço das três salas são semelhantes: o alfabeto móvel afixado na parede, alguns cartazes expostos também nas paredes, carteiras "enfileiradas", conforme o modelo tradicional, ou em formato de "U". As três classes possuem um número de alunos excessivo e uma carência de material didático muito grande.

Os primeiros momentos observados na sala da professora Zilda iniciaram com ela fazendo uma leitura imagética de uma história. Após a leitura, fez os comentários com a participação dos alunos. Em seguida, a professora distribuiu um exercício com desenhos e os nomes faltando as primeiras letras e os alunos deveriam completar as lacunas das palavras, e uma outra folha de ofício com desenhos para que os alunos pintassem somente os desenhos cujos nomes começassem com a sílaba "CA". Para a leitura realizada pela professora, foi utilizado um livro de história. As atividades foram feitas em papel de ofício, mimeografadas e aplicadas individualmente.

Enquanto os alunos realizavam as tarefas, a professora circulava entre os alunos, atendendo ao chamado dos que não conseguiam realizar as atividades. A maioria das dúvidas dos alunos era em relação a como deveriam realizar o exercício, recebendo da professora as explicações de como fazer a tarefa. Quase todos os alunos realizaram-na sem dificuldades. Os poucos que não conseguiram, fizeram perguntando aos colegas. À medida que concluíam a tarefa, entregavam-na para a professora.

Em outro momento de observação, na sala da professora Zilda, é distribuída uma atividade mimeografada com desenhos e letras do alfabeto para os alunos ligarem o desenho à letra que inicia o nome do objeto desenhando. Ao terminar de realizar a

atividade, o aluno recebia outra atividade também com desenhos e o nome dos objetos, para que ligasse uma palavra à outra que iniciasse com a mesma letra.

As atividades foram realizadas individualmente uma após a outra. A professora atendia os alunos à medida que era solicitada. Os alunos realizaram as duas atividades sem dificuldades e rapidamente terminaram e devolveram os exercícios.

A prática da professora Zilda fundamenta-se nos métodos sintéticos que adotam como ponto de partida para o ensino da língua as letras e sílabas. A alfabetização é vista como decodificação e codificação de símbolos gráficos, partindo da idéia que para aprender ler e escrever o aluno precisa se apropriar do código escrito, que acontece pela memorização. A sequência de atividades organizada pela professora segue o modelo tradicional de ensino, no qual o objeto é a apropriação da técnica de codificar e decodificar a língua. Neste momento, a leitura feita pela professora foi utilizada como pretexto para introdução da atividade com função meramente de fixar a memorização do conteúdo, demonstrando a utilização da escrita descontextualizada.

Nas aulas observadas, todas as atividades dos alunos foram de escrita, em nenhum momento a leitura foi privilegiada pela educadora. De acordo com Weiz (2002, p.58)

> Para se acomodar a essa teoria, o processo de ensino é caracterizado por um investimento na cópia, na escrita sob ditado, na memorização pura e simples, na utilização da memória de curto prazo para reconhecimento das famílias silábicas quando o professor toma a leitura. Essa forma de trabalhar está relacionada à crença de que primeiro os meninos têm de aprender a ler e a escrever dentro do sistema alfabético, fazendo uma leitura mecânica, para depois adquirir uma leitura compreensiva (...)

Em relação à aula da professora Carla, ela a iniciou utilizando um conto: "A bruxa que roubou o sol". Fez o levantamento do conhecimento prévio dos alunos sobre o conto. A maioria dos alunos não conhecia o texto. A professora fez a leitura parando e pedindo a participação dos alunos na imitação das falas dos personagens. Após a leitura, convidou alunos para fazer o reconto, ao término do qual ela entregou uma folha de ofício para que todos registrassem o conto de memória e individualmente.

Quase todos os alunos ainda não conseguiam escrever convencionalmente, porém tentaram escrever assim mesmo. A professora deixou que todos o fizessem espontaneamente e orientava aos que lhe pediam ajuda para escrever as palavras que tinham dificuldade. Em outro momento de observação, a professora Carla iniciou sua aula apresentando o título de uma música infantil "A barata". Fez o levantamento do conhecimento prévio dos alunos sobre a música. Quase todos os alunos conheciam a música. A professora cantou a música junto com os educandos e pediu que registrassem no papel de ofício do jeito que soubessem. O registro foi feito individualmente. Alguns alunos não conseguiram fazer o registro por não conhecerem a música. Outros pediram ajuda a professora para escrever as palavras.

Ainda no momento de observação na sala de aula da professora Carla, vimos uma outra aula, a qual se iniciou com a turma cantando a música "A cobra não tem pé". Depois de cantar a música, a educadora introduziu o assunto sobre animais levantando o conhecimento da classe sobre animais conhecidos pelos alunos. A professora entregou uma folha de ofício para cada aluno e informou que fariam um auto-ditado. Explicou que os alunos ditariam nomes de animais para que toda a classe escrevesse, em forma de lista, na folha de ofício que entregou. A atividade foi realizada individualmente e cada aluno escreveu as palavras como sabia. Após a escrita da lista, Carla convidou os alunos para voluntariamente escrever as palavras no quadro e, com a participação da classe, fez uma reflexão da escrita das palavras da lista.

As orientações didáticas organizadas nas aulas da professora Carla nos mostram características do método natural de alfabetização, que consiste em realizar um trabalho pedagógico utilizando como ponto de partida o próprio mundo do aluno.

O método natural tem como principais objetivos a redução das falhas dos diversos métodos de alfabetização e a aproximação do ensino escolar à realidade do aluno. O aluno compreende melhor aquilo que é parte da sua realidade, devendo a prática pedagógica ter como ponto inicial o seu mundo. Para o método natural, a leitura e a escrita são atividades de compreensão, ultrapassando, assim, os simples mecanismos de codificação e decodificação de letras.

A linguagem usada pelo aluno é o ponto de partida para iniciar a alfabetização. O processo de alfabetização não deve se utilizar de uma única linguagem, visto que os alunos vivem em meios diferentes e tem experiências linguísticas diferenciadas. O professor deve direcionar suas ações em oportunidades para o aluno realizar atividades mentais como: comparar, classificar, ordenar, formular hipóteses, etc., e também lidar e explorar os objetos concretos.

O método natural tem como ponto básico a alfabetização que é entendida como um processo de construção e a aprendizagem é construída pelo aluno mediante experimentação. A leitura e a escrita são atividades de compreensão, já que partem de experiências do aluno, como é o caso do "Conto" e da lista de animais conhecidos. O ensino da língua tem como eixo o texto, do todo para as partes.

As aulas foram organizadas com procedimentos didáticos do método de historietas, com leitura feita pela professora, reprodução oral do texto pela turma e texto produzido pelos alunos. As leituras foram realizadas como pretexto para introduzir a escrita em situações da vida do grupo. Na atividade da lista, os alunos foram colocados numa situação de reflexão sobre a escrita das palavras, porém no registro do conto a atividade não teve função, pois cada aluno escreveu do seu jeito e não foi desafiado a refletir sobre a escrita que produziu. Nas aulas observadas da professora Carla, os alunos não realizaram atividades de leitura. Ferreiro (2008, p.51) afirma que "Basta que o professor se atreva a liberar a escrita dentro da sala de aula para que descubra que suas crianças são inteligentes, ativas e criativas, também no domínio da língua escrita e não só quando desenho ou jogam".

Na sala da professora Marta, citaremos dois momentos. Em um primeiro momento a professora iniciou a aula com a mostra de um desenho em DVD, "Lucas, o exterminador de formigas", cujo objetivo era que os alunos assistissem e recontassem a história, escrevendo-a. Ao terminar o desenho, a professora pediu aos alunos que reconstituíssem a história falando o que entenderam, em uma folha de ofício, por escrito, da forma que soubessem. A atividade foi realizada individualmente. Alguns alunos não conseguiram registrar a história alegando não saber escrever convencionalmente. A professora incentivava os alunos a tentarem escrever do jeito

que sabiam e ajudava os que tinham dificuldades na escrita das palavras.

No segundo momento de observação na sala da professora Marta, a aula teve início com a leitura, pela professora, de uma fábula. Depois da leitura foi feito o comentário sobre a história e a professora pediu que os alunos falassem sobre o que entenderam dela. Foi entregue a cada educando uma folha mimeografada com desenhos de objetos e animais para que escrevessem o nome dos desenhos. Ao término da atividade, a professora fez a análise da escrita: os alunos ditavam as sílabas e letras para a professora escrever as palavras no quadro. Os alunos registraram as palavras escritas pela professora embaixo das palavras escritas por eles.

Os procedimentos didáticos utilizados pela professora Marta nos revelam características de metodologias analíticas, tendo como ponto inicial para o ensino da língua o texto. A alfabetização é vista como um processo de construção. A aprendizagem é construída pelo aluno a partir de situações nas quais ele possa agir sobre o objeto refletido.

Os procedimentos didáticos foram organizados de acordo com os métodos de historieta e de palavração[1], tendo como objetivos a apropriação significativa. A leitura da fábula feita pela professora e o desenho em DVD foram utilizados como pretexto, de contextualizar e dar significado para as atividades propostas. A atividade do auto-ditado teve a função de possibilitar a construção e reflexão da escrita na interação com a professora. No registro da história do desenho, não percebemos uma situação de construção, pois a atividade não apresenta situação de aprendizagem. As atividades realizadas na sala da professora Marta foram todas escritas. Dentro deste contexto, Weiz (2002, p.61) nos fala que:

> (...) Num modelo empirista a informação é introjetada, ou não. Num modelo construtivista o aprendiz tem de transformar a informação para poder assimilá-la. Concepções tão diferentes dão origem,

[1] Os métodos analíticos – de palavração e de historieta – também conhecidos como globais, consideram a alfabetização a partir de unidades mais amplas para se chegar às unidades menores da língua. O método de palavração parte da palavra, que deve ser contextualizada, seguindo-se o reconhecimento da palavra em outros contextos, análise da palavra, formação de novas palavras para chegar à produção de frases e textos. O método de historieta privilegia o contato. O texto básico é reproduzido pelos alunos e depois analisado pelo grupo, decomposto em frases e palavras.

necessariamente, as práticas pedagógicas muito diferentes.

É fundamental para o trabalho do professor a adoção de um método que o oriente no processo de alfabetização. O processo não deve ser rígido, e sim aberto e flexível, em virtude de se considerarem as especificidades do contexto, do aluno e do professor.

O trabalho pedagógico da professora Marta aproveita os elementos dos métodos de historieta e palavração. A opção de escolha da professora por um deles não implicou rigidez dos passos estabelecidos por ele, podendo enriquecer, ampliar o potencial do método selecionado com os aspectos importantes de outro.

Em alfabetização, tornou-se popular a expressão 'método eclético' para traduzir um trabalho pedagógico que aproveita elementos dos diferentes métodos de forma desordenada, o que não é o mesmo que trabalhar com métodos. Porém, o professor que escolhe um método específico pode ampliar o potencial do método escolhido considerando aspectos importantes de outro. Como bem sabemos, todos os métodos têm potencialidades e limitações.

4.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PROFESSORES ALFABETIZADORES NAS CLASSES DE 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Além da complexidade da alfabetização, o professor alfabetizador enfrenta várias dificuldades que, direta ou indiretamente, acabam influenciando ou dificultando o seu trabalho. As professoras Zilda, Carla e Marta, respondendo ao nosso questionamento, citam algumas dificuldades que elas encontram como professores de alfabetização.

**Falta de apoio do município em relação à formação continuada. (Zilda)*

** As salas superlotadas. Falta de materiais didáticos. (Carla)*

** A falta de interesse dos alunos, a falta de parceiro dos pais e a falta de subsídios entre outros. (Marta)*

Dentre as dificuldades encontradas pelas professoras está o incentivo à formação. A

formação continuada é uma das necessidades fundamentais do professor. Sabemos que as ideias educacionais evoluem rapidamente, assim como a realidade da educação atual. Isso exige do professor uma modificação constante de sua prática pedagógica. Não basta cada professor transformar sua prática na sala de aula, mas a qualidade do trabalho pedagógico depende diretamente da existência de um projeto de formação continuada de qualidade para os professores em serviço.

Além das dificuldades sobre o incentivo e valorização encontrada pelas professoras, elas nos falam de dificuldades muito comuns entre os professores, que são: falta de interesse dos alunos e falta de colaboração dos pais e da escola. É importante que a escola apoie os professores no processo de alfabetização. A criança constrói a sua aprendizagem interagindo no contexto social em que vive e a família e a escola são os grupos sociais de que elas mais participam.

A organização das salas em grandes grupos e a falta de material didático são outras dificuldades citadas pelas professoras, para quem isso traz muita influência no resultado da alfabetização dos alunos do 1º ano do Ensino Fundamental. Devido ao grande número de alunos, acreditamos que dificilmente o professor de alfabetização poderá estabelecer as inter-relações necessárias para conhecer o processo de aprendizagem que cada aluno segue. Zabala (2002, p.121), acerca disso, afirma que:

> Assim, pois, podemos chegar à conclusão de que uma organização em grande grupo coloca muitos problemas para o ensino dos conceitos se não se introduzem medidas que permitam conhecer o grau e o tipo de processo que está seguindo cada aluno na construção do significado, a fim de que se possa prestar a ajuda que cada aluno precisa (...)

Além das dificuldades encontradas pelos professores no ensino dos conceitos, como nos fala Zabala, numa classe com muitos alunos, para o professor de alfabetização, será muito difícil propor as atividades de aplicação e exercitação suficiente e necessária para cada aluno que representem um desafio pessoal e nas quais se possam prestar a ajuda de que cada um necessita. Quanto mais complexo for o conteúdo a ser apreendido e mais jovens forem os alunos, mais dificuldades teremos para atender à diversidade numa classe com muitos alunos.

O contexto educacional em que se deve desenvolver a alfabetização traz uma série de condicionantes que impedem, dificultam ou delimitam o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem. Os espaços e a estrutura da escola, as características dos alunos e sua proporção por aula, os recursos disponíveis, a trajetória profissional dos professores, o apoio da direção, as ajudas dos pais, etc., são condicionantes que invadem as salas de aula, dificultando o desenvolvimento, senão impossibilitando, a realização de objetivos estabelecidos para as classes de alfabetização. A prática educativa pode ser interpretada não apenas a partir do que não se faz com relação a um modelo teórico, mas também como o resultado das adaptações às possibilidades reais do meio em que se realiza. Podemos observar que os problemas e dificuldades enfrentadas pelos professores repercutem nos resultados das aprendizagens construídas pelos alunos durante o processo de alfabetização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre alfabetização não é uma tarefa fácil. Este estudo monográfico nos fez perceber que existem vários caminhos para que a alfabetização aconteça de forma eficaz. A tomada destes caminhos por parte dos educadores é que não tem sido nada fácil para que o processo de alfabetização se processe de uma forma concreta. Constatamos, neste estudo, que a Alfabetização deve ser concebida como a possibilidade de interação com o mundo por meio da língua escrita, a qual permite que o aluno amplie e reveja sua maneira de entender o mundo e de representá-lo. Desta forma, dominar o sistema gráfico não é dominar a língua escrita, pois o domínio dela envolve a leitura e a escrita como atividades sociais significativas.

Verificamos, ainda, que os professores, sujeitos desta pesquisa, são conscientes que uma criança só será plenamente alfabetizada quando ela reconhecer o que lê em várias situações cotidianas, participando ativamente da construção destas leituras. O que nos preocupa, então, é perceber que, mesmo diante deste conhecimento, o ato de ensinar a ler e escrever, em sala de aula tem ocorrido de forma obsoleta. Os professores têm conhecimento de como se deve alfabetizar, no entanto em sua prática pedagógica continua a insistir em um caminho que em nada contribui para uma alfabetização eficaz.

Conforme demonstramos na análise dos dados coletados na pesquisa etnográfica, as atividades desenvolvidas em sala de aula não favorecem ao educando circunstâncias para uma alfabetização no sentido amplo. As atividades que são elaboradas pelos educadores até atendem aos novos modelos de uma alfabetização eficaz, contudo, a metodologia para aplicar tais atividades é que não atende à efetivação desta alfabetização. É válido ressaltar que a proposta deste estudo não é apontar os culpados para o fato de os alunos do 1º ano do Ensino Fundamental não aprenderem a ler e escrever, e sim refletir sobre esta dificuldade, lançando um olhar sobre a prática pedagógica do professor alfabetizador. Quando o professor não organiza boas situações de aprendizagem e as atividades que propõe não reúne as condições necessárias para que ocorra a aprendizagem esperada, o aluno não aprende e esta dificuldade estará presente na vida do educando por toda a sua vida.

Partindo da análise da prática docente, propomos, ainda, refletir de que forma o ensino da leitura e da escrita acontece em nossas turmas do 1º ano do Ensino Fundamental. Nesta abordagem, pudemos perceber, diante das observações e dos resultados obtidos, que o ensino da leitura se dá através de um processo de apropriação da língua escrita e oral. A criança é introduzida no mundo da cultura letrada que a escola oferece, amplia suas capacidades mentais mediadas pela linguagem. Percebemos, ainda, que a criança aprende a escrever quando compreende as diferenças existentes entre os sinais do sistema de escrita alfabético-ortográfico e outras formas gráficas e representativas da língua. Contudo, a metodologia sintética de alfabetizar ainda está muito atrelada à tendência tradicional (codifcar e decodificar) de ensino. Observamos que os professores oferecem aos alunos um misto de metodologias e que, na maioria das vezes, estes métodos tornam-se sem sentido no momento da aprendizagem. Os professores também utilizam o método analítico de alfabetizar, mas o relacionam a atividades soltas que não apresentam sentidos, como exercícios copistas, que buscam apenas a memorização, ou a codificação e decodificação dos elementos linguísticos. Concluímos que eles possuem o conhecimento, contudo não conseguem colocar em prática o que sabem.

O ato de ler está diretamente relacionado ao de escrever. Muitas crianças já sabem fazer diferentes leituras antes de chegar à escola. Mas os professores tratam-nas como se fossem vazias, desprovidas de conhecimento. Diante da pesquisa, notamos que o professor entende o ato de ler como a compreensão lógica de determinado texto. Mas, no momento de ensinar, e isto foi confirmado nas atividades propostas pelos mesmos, é exigida do aluno não a atribuição de sentido às palavras na constituição de um texto, mas a pronunciação desta de forma articuladamente "correta". Ações como estas em nada contribuem para uma alfabetização de qualidade, apenas confirmam que o professor precisa criar mecanismos de leitura e escrita e, a partir do conhecimento que o aluno traz do meio em que vive, possibilitar que o mesmo se aproprie do sistema linguístico de uma forma dinâmica, desfragmentada.

Outro ponto importante deste estudo monográfico foi fazer uma reflexão sobre as

dificuldades encontradas pelas crianças do 1º ano do Ensino Fundamental em aprender a ler e escrever. Como verificamos ao longo de todo o nosso discurso, a criança tem uma capacidade incrível de aprender, no entanto ela precisa ser motivada, burilada, para que esta aprendizagem aconteça de forma real e uma das formas comentadas neste trabalho foi exatamente ensinar partindo do conhecimento que a criança já possui.

Notamos também que as dificuldades apresentadas pelos professores no momento de ensinar o educando a ler e escrever são direcionadas à instituição escolar, à falta de recursos, de formação continuada, de material didático e à grande quantidade de alunos em sala de aula. Os professores deixam claro que é impossível desenvolver um bom trabalho de alfabetização quando a escola não oferece os meios para que este ensino se concretize. Além destas questões, os educadores também enfatizam que a escola precisa de recursos humanos que sirvam de subsídio para suas práticas docentes, pois se torna difícil resolver todos os problemas sozinhos. Entendemos, com isto, que os professores precisam de apoio, pois não é tarefa simples ou fácil a atividade de motivar, orientar indivíduos na aquisição da leitura e da escrita. Contudo, é necessário também que o educador se proponha a mudar de atitude, ele não deve esperar que o outro faça para ele ou por ele. As nossas crianças não podem continuar a ser prejudicadas pela falta de compromisso das instituições, tampouco pela omissão e acomodação dos educadores, com aquilo que é mais fácil ou que dá para fazer. É preciso que, mesmo diante das adversidades, o educador encontre o seu caminho e assuma o seu compromisso, que é formar leitores capazes de entender e transmitir o que leem e escrevem. Nossas crianças não podem continuar carregando as marcas de uma educação que faz de tudo um pouco para, no final, não fazer nada. Sabe-se que uma escola dotada de recursos pedagógicos é básica para uma educação de qualidade, mas sabemos também que a aprendizagem da leitura e da escrita se dá muito mais com a interação entre os elementos envolvidos. É preciso que haja envolvimento.

Refletir sobre a prática docente de um educador pode parecer presunçoso, pois cada ser é único dentro de suas habilidades e visões de mundo. Contudo, é buscando entender em que se baseia essa prática que poderemos entender com maior eficácia as dificuldades encontradas pelo aluno em ler e escrever. Sempre ouvimos dizer que

o aluno pode não saber ler e escrever em qualquer período da educação, seja ela no ensino fundamental ou médio, e mais, este não saber sempre está associado ao aluno. Há quem defenda que o aluno não aprende porque não quer, não se esforça, ou porque o meio em que vive não é adequado, tem problemas de aprendizagem, emocionais, etc. Muito pouco ouvimos falar que o problema pode estar na forma com que a escola e os educadores oferecem este ensino. O trabalho que efetivamos propõe um olhar e uma reflexão para a forma como os professores alfabetizadores ensinam, mas sem apontá-los como responsáveis, já que o nosso objetivo é identificar e refletir sobre a questão.

De acordo com a nossa pesquisa, pudemos perceber que o professor alfabetizador tem o objetivo de pautar as suas ações na ideia de um ensino sistemático da notação alfabética com a vivência cotidiana de práticas letradas, que permitam ao educando se apropriar das características e finalidades dos gêneros escritos que circulam socialmente. Contudo não conseguem colocar em prática ações que efetivem essas ideias e acabam contribuindo com a formação de leitores medíocres, distantes de se tornarem cidadãos ativos na busca de seus ideais.

O professor precisa estar atento não apenas aos pressupostos metodológicos de sua prática pedagógica, mas ao quanto é relevante a atividade de aprender através de uma prática que dê sentido ao educando o saber ler e escrever. Quando o indivíduo aprende, ele internaliza realidades diferentes, constrói conceitos e expõe a bagagem de conhecimentos que trazem dentro de si. O educador que alfabetiza precisa estar atento para estas particularidades, que não são coletivas, mas individuais, inerentes a cada ser.

> A prática de todo o professor, mesmo de forma inconsciente, sempre pressupõe uma concepção de ensino e aprendizagem que determina sua compreensão dos papéis de professores e alunos, da metodologia, da função social e dos conteúdos a serem trabalhados. (PCN, 1997 p. 39)

A indagação referente à autonomia do professor acerca de como ele conduz a sua prática pedagógica é relevante, pois, sem um direcionamento eficaz, adequado ao que se precisa transmitir para estes pequenos indivíduos, podemos nos tornar inócuos em nossas atividades alfabetizadoras. É necessário que o educador tenha

uma consciência ampla dessas decisões metodológicas na realização de sua tarefa de ensinar, a qual não deve ser tomada na perspectiva de um ato isolado de um sujeito, também isolado no exercício de sua profissão. O professor efetivamente decide sobre os processos que orientarão a sua prática docente, como ressignificar as práticas inferidas em um determinado livro ou material pedagógico, se utilizará o método mais dialógico ou expositivo, se constituirá ou não grupo de trabalho ou manterá as crianças mais individualizadas, entre outras possibilidades. É preciso que o professor coloque em campo todo o seu conhecimento, pois somente através desta atitude estará contribuindo para uma alfabetização de sucesso. Moll (2006, p. 62) nos diz que:

> Toda decisão tomada no âmbito da sala de aula reflete um conjunto de valores e práticas sociais que não diz respeito apenas a um professor e ao seu grupo, mas a todo um entorno cultural que circunda e atravessa a pedagogia do professor.

Foi possível, ainda, constatar, através deste estudo, que o professor alfabetizador precisa também ser motivado. Esta motivação não se concentra na valorização financeira, é preciso que o professor seja valorizado enquanto ser transformador. Ele precisa sentir que é uma das peças mais importantes deste processo e que suas ações podem proliferar de forma positiva ou negativa na vida do educando. O professor alfabetizador é a mola propulsora da educação e, tendo este valor reconhecido, é certo que seu compromisso será maior na formação de alunos hábeis nas atividades de ler e escrever.

A escola precisa também estar atenta para seu papel como instituição social. Deve oportunizar acesso a todos, indistintamente, com o fornecimento de recursos que facilitem o trabalho do docente e a permanência e aprendizagem dos alunos na escola. Necessita-se um olhar crítico e reflexivo para as práticas docentes, na busca de soluções que possibilitem um ensino mais dinâmico e significativo e que o ato de ensinar uma criança a ler e escrever não se encerre em códigos, decodificados ou não, mas em uma prática real do modo de ser e viver dos educandos, tornando estes leitores e escritores eficazes de seu próprio saber. Apenas assim um dia as nossas escolas se tornarão diferentes, com educandos sedentos de saber e educadores comprometidos, conscientes da importância do trabalho que desempenham,

apaixonados pelo que fazem. Professores ávidos por aprender, para construir, tendo alegria de descortinar os horizontes buscando na pesquisa permanente as respostas para uma educação cada vez melhor, na qual se criem soluções conjuntas e todos se sintam responsáveis, tanto a família quanto a escola, pela formação e promoção humana, resultando no sucesso escolar dos educandos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmago Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP. Papirus, 1995.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. VAL, Maria Graça. **Livros de Alfabetização e de Português**: os professores e suas escolhas. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pró-Letramento: programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental. Alfabetização e Linguagem.** Brasília: MEC/SEB. 2007.

BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel G., NOSELLA, Paolo. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** 4ª ed. – SP: Cortez, 1993.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 1990.

COOK, Janny – Gumperz ... [et al,]. **A construção social da Alfabetização**. 2ª ed – Porto Alegre: Artmed, 2008.

CAMPELO, Maria Estela Costa H. **Alfabetizar crianças – um ofício, múltiplos saberes.** 2001. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Saberes docentes e autonomia dos professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FERRERO, Emília. **Com todas as letras**. 6ª ed – São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 14).

_____. TEBEROSKY, Ana. **Psicogêneses da língua escrita**. Porto

Alegre: Artes Médicas, 1986.

FRANCHI, Eglê Pontes. **Pedagogia da Alfabetização da Oralidade à escrita**. 6ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1999.360p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GARCIA, Regina Leite. **Alfabetização dos alunos das classes populares**. 5ª ed. São Paulo: Cortez. 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 06)

KLEIMAN, Ângela. **Oficina de Leitura: teoria e prática**. 6ª ed. Campinas: Pontes Editores, 1998.

KRAMER, Sônia. **Alfabetização – Dilemas da prática**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

MEC. **Livro do Professor Alfabetizador**. Ministério da Educação – Banco Mundial (FUNDESCOLA) Projeto Nordeste – Governo Federal, 2007.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa**. Brasília, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

_____. **Alfabetização** – Parâmetros em ação. Brasília, Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental, 1999.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multireferencial nas ciências humanas e na educação.** Salvador: EDUFBA, 2004.

_____. MEC. **Programa de formação de Professores Alfabetizadores**. Ministério da Educação, Secretaria de Ensino Fundamental, 2001.

NICOLAU, Marieta Lúcia Machado. **Alfabetizando com sucesso: a comunicação e a expressão da criança.**Maria Adélia F. Moura – São Paulo: EPU, 1996.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar** – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: identidade e saberes da docência, In- (org.) Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

PONTES, Eglê Franchi. **A causa dos professores**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. V. 13, Nº 38 MAIO/AGOSTO. 2008

REVISTA PEDAGÓGICA PÁTIO. Nº 38. MAIO/JULHO, Artmed, 2006.

REVISTA NOVA ESCOLA, Nº 203. JUNHO/JULHO, ED. Abril, 2007.

REFERENCIAL **Curricular Nacional para a Educação Infantil**. MEC/S

RIBEIRO, Vera Magalhães (org).**Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF 2001. São Paulo: Global, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SMITH, Frank. **Compreendendo a leitura** – uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler. Porto Alegre: Artes Médica, 1989.

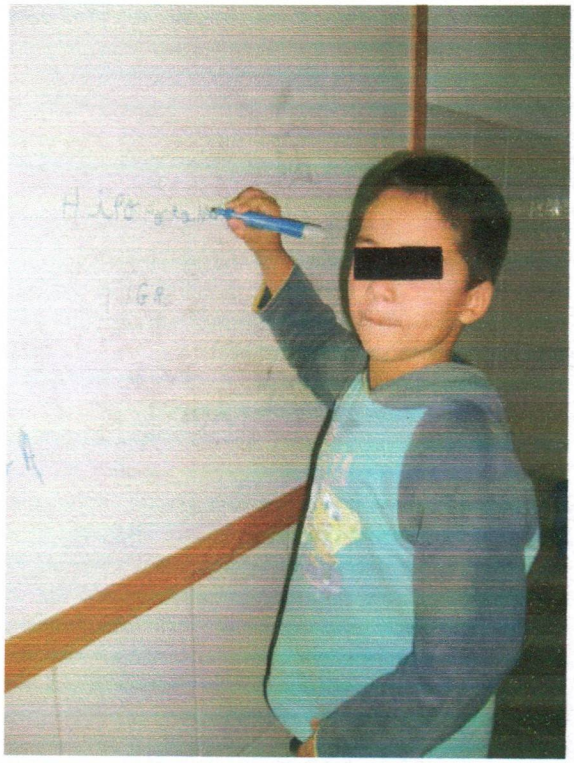
TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. **Aprender a ler e escrever: uma proposta construtivista.** Porto Alegre: ARTMED. 2003.

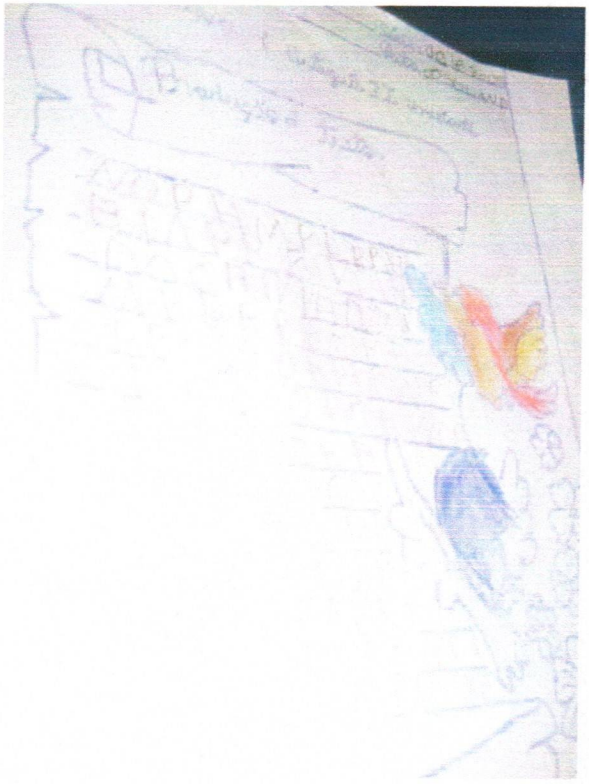
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

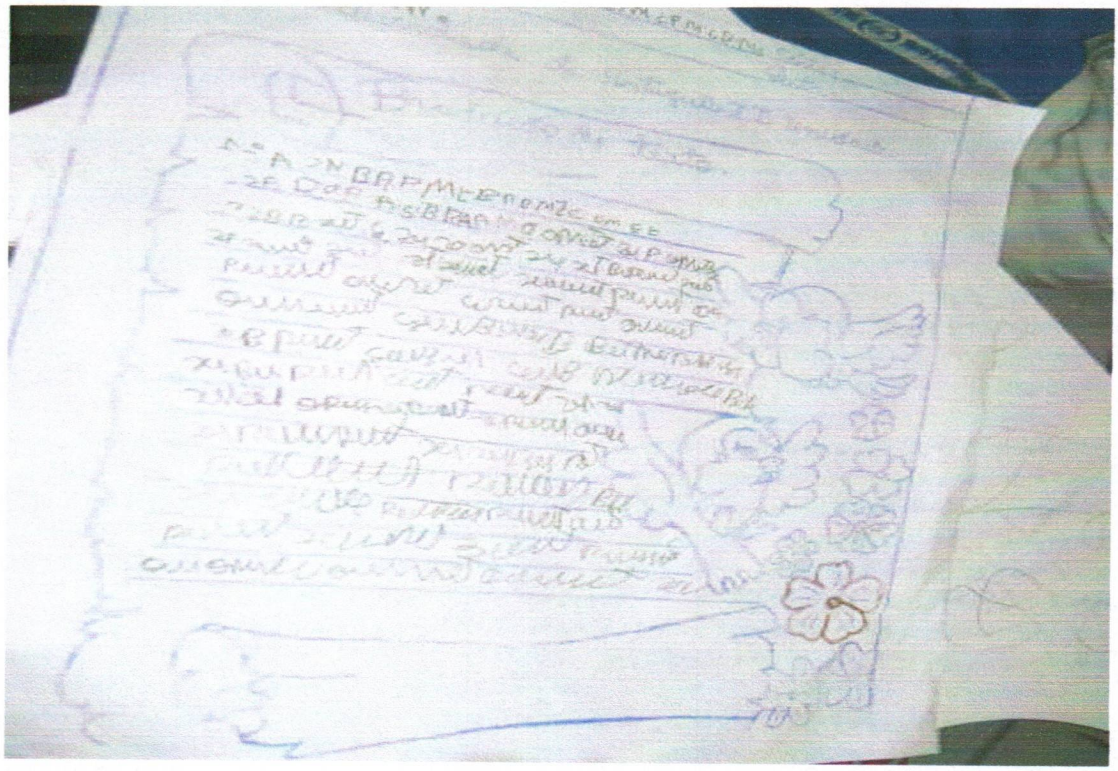
ZABALA, Antoni. **A prática educativa: Como ensinar** – Porto Alegre: Artmed, 1998.

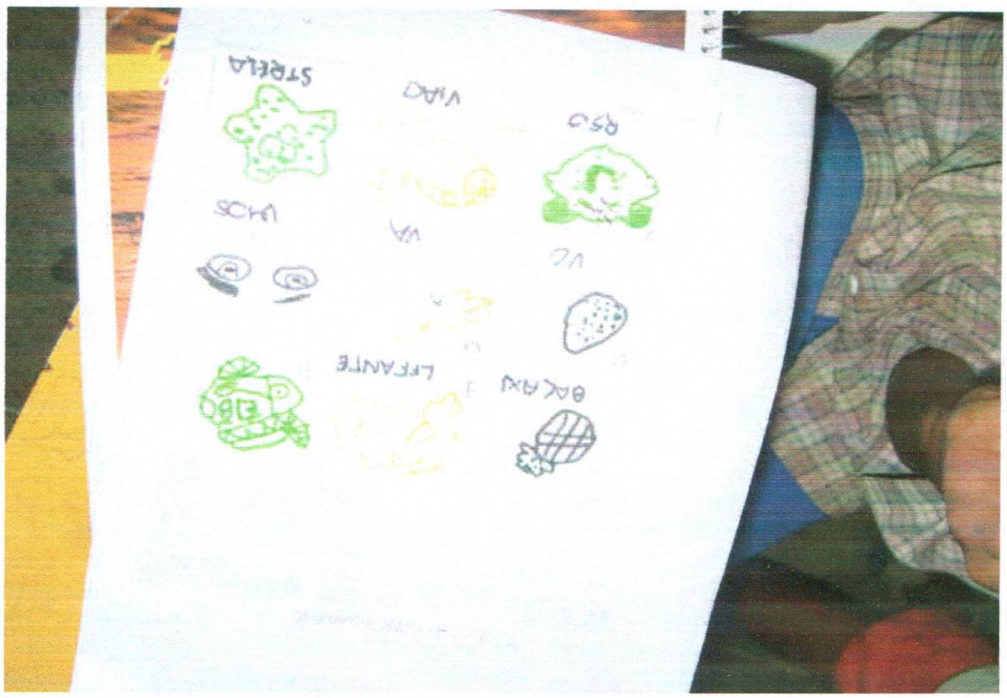
ANEXOS

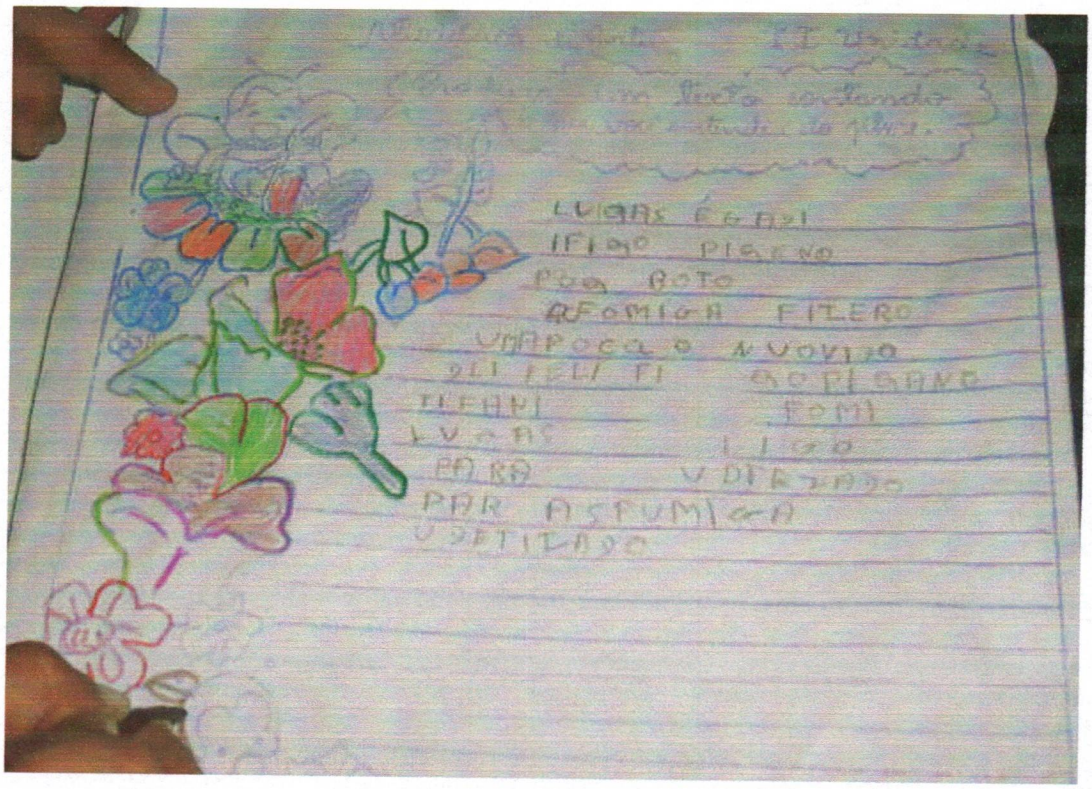
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH
CAMPUS IV - JACOBINA
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
Luzineide de Oliveira Carneiro Silva
Maria de Fátima Batista da Silva
Maria Lúcia Batista de Carvalho
Nilcéia Maria Alves

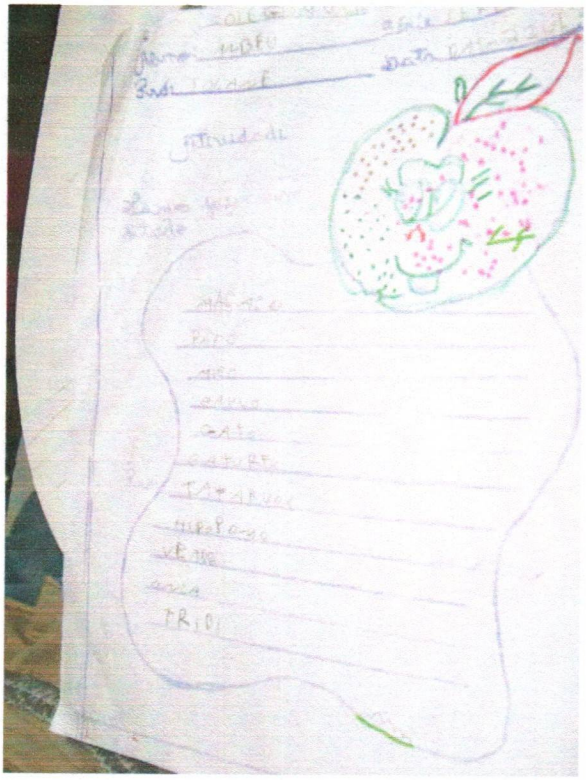


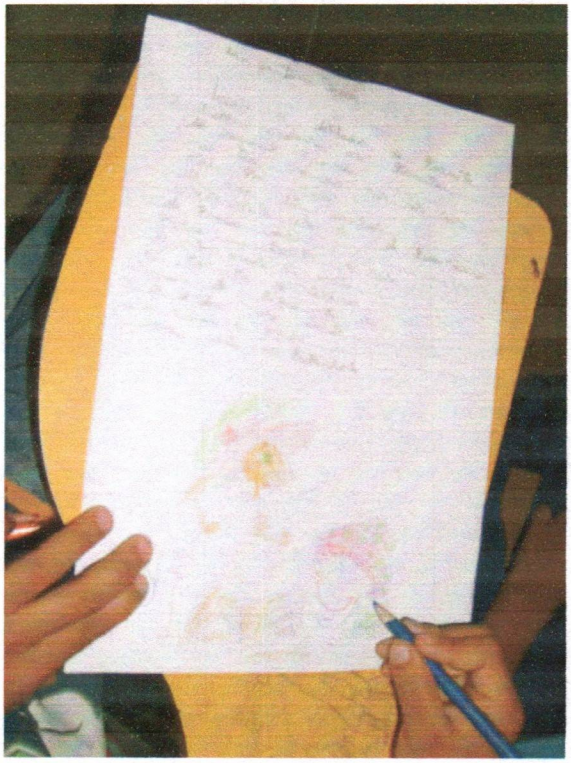


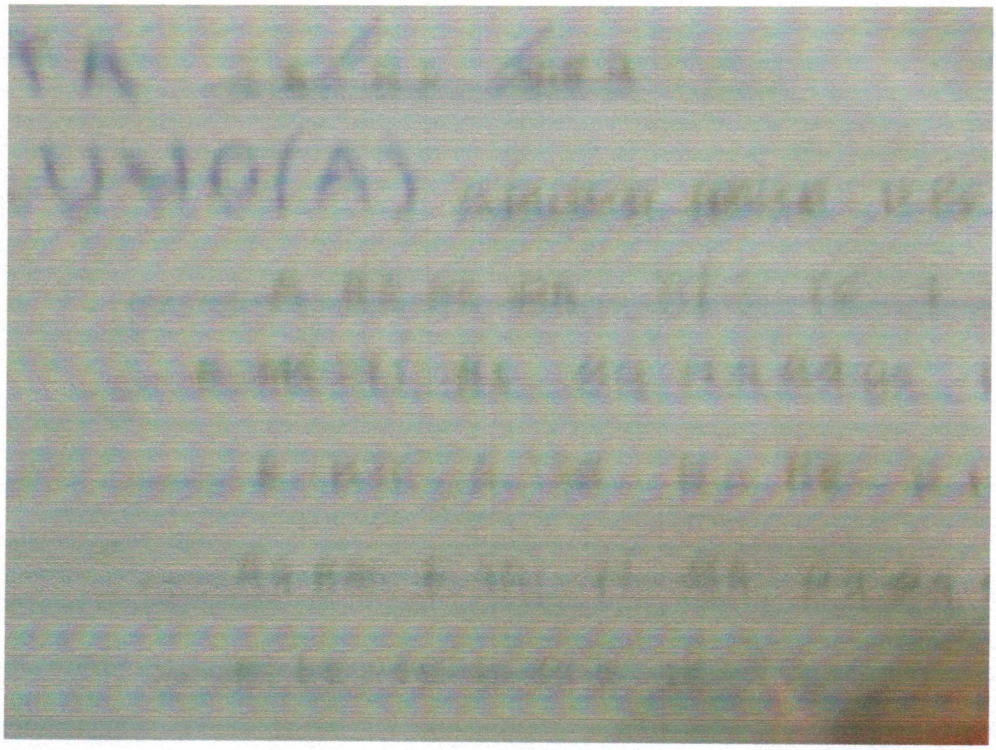


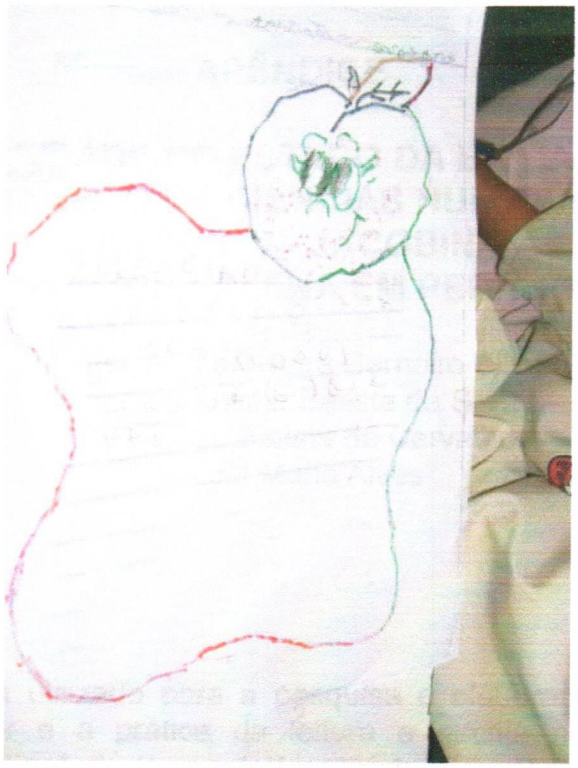

STRELA
VIAO
RSO
LACS
VA
VC
LEFANTE
BAKAXI

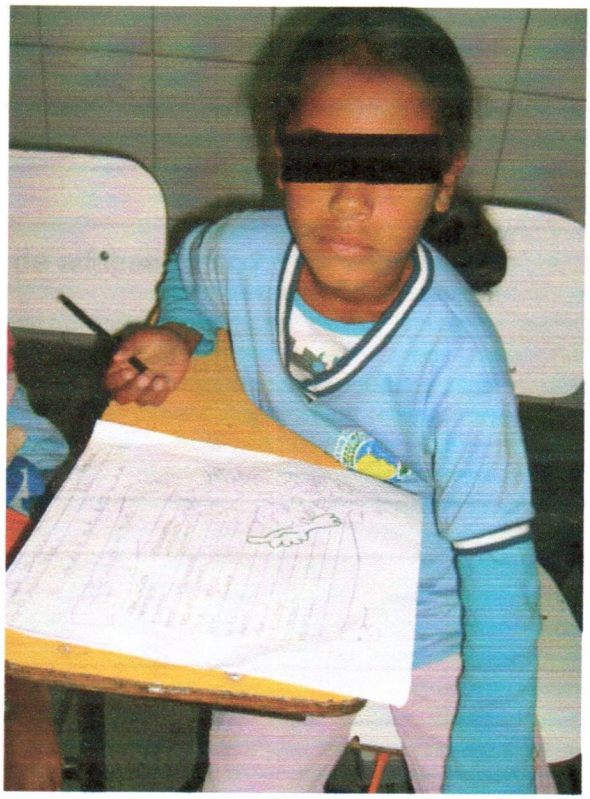












6. Qual a sua concepção de leitura e escrita?

7. Qual o método utilizado por você em sala de aula?

8. Qual o tratamento didático que você dá a leitura na sua sala de aula?

9. Quais os procedimentos didáticos que você utiliza para implementar uma prática uma prática continuada da escrita em sua casa?

10. Esses procedimentos estão dando resultados positivos? Justifique:

11. Como você orienta a aprendizagem de leitura e escrita dos seus alunos?

12. Como você avalia o conhecimento de leitura e escrita de seus alunos de 1° ano?

13. Quais os gêneros textuais que os seus alunos lêem na escola?

14. Quais são as dificuldades encontradas por você como professor alfabetizador?